



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA
MESTRADO EM AGRONOMIA

ALICE SILVA CARDOSO

MERCADOS INSTITUCIONAIS E EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS:
O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO NORDESTE
PARAENSE.

BELÉM
2023

ALICE SILVA CARDOSO

MERCADOS INSTITUCIONAIS E EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS:
O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO NORDESTE
PARAENSE.

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural da Amazônia, como parte das exigências do curso de mestrado em Agronomia, para a obtenção do título de Mestre em Agronomia.

Área de concentração: Agronomia

Linha de pesquisa: Socioeconomia, recursos naturais e desenvolvimento do agronegócio

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Souza dos Santos

Coorientadora: Prof.^a Dra. Janayna Galvão de Araújo

BELÉM

2023

AGRADECIMENTOS

Os sonhos, anseios, dificuldades e superações nos possibilitam descobrir as habilidades que possuímos para contribuir com as mudanças que queremos. E sozinha não seria possível. Agora é hora de agradecer as pessoas que estiveram ao meu lado e percorreram este caminho comigo, estimulando que eu buscasse a minha vitória e conquistasse meu sonho.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que me ouviu nos momentos difíceis e me deu forças para chegar onde estou.

Ao meu pai Miguel Brito Cardoso Filho (in memorian), a minha mãe Maria Lindalva Silva Cardoso por me incentivar a dar continuidade aos meus estudos e a alcançar os meus objetivos de vida.

Agradeço aos meus filhos, Gabriel Cardoso e Giulia Cardoso, pela paciência, pela minha ausência, pelos finais de semana que foram sacrificados, agradeço muito a vocês dois, que possamos fortalecer ainda mais nossos vínculos familiares

Agradeço a minha irmã Aline Silva Cardoso que sempre esteve ao meu lado ajudando a superar os momentos difíceis, mas também compartilhando as alegrias e vitórias conquistadas.

Agradeço ao meu orientador Prof^a Dr. Marcos Antônio Souza dos Santos por ter me estimulado a fazer o Mestrado, pelas orientações sobre a escolha do tema da pesquisa e processo seletivo.

Agradeço ao meu amigo Zaqueu Poça, pelo incentivo.

Agradeço a Equipe da SEASTER, Roberta, Rosa, Rosana, Risonete, Luiz Dantas, Jarimar, Nazaré, pelo fornecimento dos dados para a realização desse trabalho e pela parceria constituída.

À Universidade Federal Rural da Amazônia, a qual tenho muito orgulho de fazer parte.

Ao Programa de Pós-graduação em Agronomia, pela oportunidade concedida.

Agradeço as trinta e quatro mulheres agricultoras, por terem de boa vontade me permitido conhecer um pouco de suas vidas e por me acolherem enquanto realizava a pesquisa de campo.

A realização dessa pesquisa foi um aprendizado de vida, pois possibilitou compreender a força da mulher agricultora, a busca por sua autonomia econômica e a importância, em todos os sentidos, para o desenvolvimento da agricultura familiar.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Obrigada a todos!

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre”.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO GERAL

O estudo apresentado discute a relação entre o mercado institucional e o empoderamento de mulheres no Nordeste Paraense, o caso de aquisição de alimentos, tendo como objetivo analisar o desempenho e suas repercussões que a inserção nos mercados institucionais, especificamente no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, modalidade compra com doação simultânea, gera na autonomia econômica das mulheres agricultoras beneficiárias do programa. Este trabalho está apoiado em pesquisa bibliográfica e de campo, com realização de 34 entrevistas semiestruturadas junto às mulheres beneficiárias titulares do programa. Utilizou-se da abordagem quantitativa para descrever o perfil socioeconômico das mulheres agricultoras; pesquisa qualitativa para aprofundamento e compreensão dos aspectos subjetivos concernentes ao universo do estudo. A participação das mulheres agricultoras no programa, propiciou conquista da autonomia econômica, aumento da renda e superação da condição de subordinação em relação aos cônjuges. Oportunizou acesso a ações com foco a minimizar as desigualdades de gênero que historicamente permeiam o meio rural, principalmente nos espaços produtivos. Mas, por se tratar de processo em curso que promove reorganização de papéis e mudanças nas relações de poder estabelecidas no núcleo familiar, precisa efetivar o cumprimento da cota estabelecida para as mulheres, no sentido de implementar ações para a visibilidade das mulheres rurais, contribuindo de fato e de direito para sua emancipação. Se faz necessário monitorar a execução do PAA, sua efetividade e eficácia, por meio de mais estudos em profundidade, com o objetivo de ampliar os debates sobre temática da autonomia das mulheres agricultoras, inserção no trabalho produtivo e contexto da comercialização. Assim como também socializar com os setores interessados, no intuito de subsidiar o desenvolvimento de Políticas Públicas com foco na promoção do empoderamento e autonomia econômica das mulheres agricultoras.

Palavras-chave: Mercados Institucionais, Empoderamento das Mulheres, Programa de Aquisição de Alimentos, Nordeste Paraense

ABSTRACT

The present study discusses the relationship between the institutional market and the empowerment of women in Northeast Pará, the case of food acquisition, with the objective of analyzing the implications that the insertion in institutional markets, specifically in the Food Acquisition Program - PAA, modality purchase with simultaneous donation, generates the economic autonomy of women farmers benefiting from the program. This work is supported by bibliographical and field research, with semi-structured interviews with the women beneficiaries of the program. A quantitative approach was used to describe the socioeconomic profile of women farmers; qualitative research to deepen and understand the subjective aspects concerning the universe of the study. The participation of women farmers in the program led to the achievement of economic autonomy, increased income and overcoming the condition of subordination in relation to spouses. It provided access to actions focused on minimizing the gender inequalities that historically permeate the rural environment, especially in productive spaces. But, as this is an ongoing process that promotes the reorganization of roles and changes in power relations established in the family nucleus, it needs to effect compliance with the established quota for women, in the sense of implementing actions for the visibility of rural women, contributing fact and law for their emancipation. It is necessary to monitor the execution of the PAA, its effectiveness and efficiency, through more in-depth studies, with the objective of expanding the debates on the theme of the autonomy of women farmers, insertion in productive work and the context of commercialization. As well as socializing with interested sectors, in order to subsidize the development of Public Policies focused on promoting the empowerment and economic autonomy of women farmers.

Keywords: Institutional markets, Women's Empowerment, Food Acquisition Program, Northeast of Pará

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AF – Agricultura Familiar
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- BNDS- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BSM – Brasil Sem Miséria
- CAF- Cadastro da Agricultura Familiar
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- FIDA- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
- GGPAA - Grupo Gestor Programa de Aquisição de Alimentos
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
- MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
- MMIRDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNPM – Plano Nacional de Política para as Mulheres
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SAN- Segurança Alimentar e Nutricional
- SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO	8
1.1	O problema e sua importância.....	
1.2	Hipóteses.....	
1.3	Objetivo geral.....	
1.4	Objetivo específico.....	
1.5	Hipóteses.....	
1.6	Estrutura da dissertação.....	
	REFERÊNCIAS.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Empoderamento.....	
2.2	Empoderamento feminino.....	
2.3	Mercados institucionais e empoderamento feminino.....	
	REFERÊNCIAS.....	
3	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E O EMPODERAMENTO DE MULHERES RURAIS NO NORDESTE PARAENSE.....	
3.1	Introdução	28
3.2	Matedologia	29
3.3	Resultados e discussão	32
3.4	Conclusões	38
	REFERÊNCIAS.....	39
4	CONCLUSÕES GERAIS	54

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Antes de adentrar o foco do presente estudo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), faz-se importante resgatar e apresentar o histórico das políticas públicas destinadas à agricultura familiar no Brasil. Grisa e Schneider (2014) apresentam os subsídios que possibilitam uma melhor compreensão sobre a constituição dessas políticas.

Para os autores são três as gerações de políticas públicas direcionadas para a categoria, quais sejam: políticas com o viés agrícola e agrário; políticas sociais e assistenciais; e, por fim, políticas voltadas para a construção de mercados para a agricultura familiar e para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) das famílias em situação de vulnerabilidade social.

A primeira geração de política pública foi denominada pelos referidos autores, como uma política com um viés essencialmente agrícola e agrário, visto que o Estado “atuou como agente produtivo por meio da criação de infraestruturas estatais; agente financeiro, promovendo a transformação da estrutura industrial; articulador de capitais privados nacionais e internacionais (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 128).

Destaca-se que essa política privilegiava os médios e grandes produtores, sobretudo, dos estados Sul e Sudeste e, além disso, abarcava somente aqueles produtos que eram alvo de exportação, como café e soja. Cenário que, como poderá ser visualizado mais adiante, foi substancialmente alterado, principalmente, em função do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Wagner e Geblen (2015) também contribuem para o entendimento da trajetória das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. De acordo com os autores, antes de década de 1960, os pequenos agricultores eram reconhecidos como um impeditivo para o desenvolvimento econômico do País, cujo foco eram as exportações e importações, estando esses produtores atrelados a um modelo de produção considerado atrasado e ineficiente comparativamente à modernização e competitividade exigida pelo mercado externo.

Essa estrutura de política agrícola e agrária apresentou um declínio na década de 1960, por diversos motivos, dentre eles, pode-se destacar: o aumento da inflação e a dificuldade no abastecimento alimentar interno. Tudo isso, culminou em outras duas novas propostas de política pública. A primeira delas, que era defendida por acadêmicos, políticos e movimentos sociais, salientava a necessidade de reformas de base, mais especificamente, defendia a reforma agrária. A segunda, sustentada pelas elites agrárias e militares,

apregoava a necessidade de uma modernização da agricultura (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Pereira (2012) corrobora com essa afirmação ao relatar que a política de desenvolvimento preocupava-se somente com a incorporação tecnológica, deixando de lado as demandas sociais e estruturais, a exemplo da reforma agrária, o que contribuiu para a dependência dos pequenos agricultores às grandes corporações, com consequente aumento da sua vulnerabilidade.

Desse modo, pode-se afirmar que as ações do Estado eram pautadas em uma lógica modernizante, cujas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por ações que objetivavam especialmente o crescimento econômico do país, o que contribuiu para o aumento da exclusão dos pequenos produtores e para a priorização dos agricultores mais capitalizados, já que esses eram considerados os únicos com potencial para elevar o setor produtivo brasileiro. Tudo isso, contribuiu para o aumento da vulnerabilidade social dos agricultores menos capitalizados (WAGNER; GEBLEN, 2015).

Esse referencial de política perdurou por anos e, no final da década de 1970, houve uma mudança de postura dos representantes da agricultura familiar em relação ao seu papel. Nesse contexto, destaca-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que exigiu do Estado, em plena ditadura militar, mais precisamente em 1979, a reforma agrária e políticas públicas que atendessem especificamente às necessidades dos pequenos agricultores, que, até então, ficaram a margem das ações estatais.

Logo, diversas organizações de representantes dos agricultores familiares, no contexto da democratização, mudaram a sua postura perante o Estado, deixando de lado a postura conformada e conciliadora que foi imposta pelo período ditatorial, passando a participar ativamente das arenas públicas, influenciando nas decisões sobre as políticas que lhes eram destinadas.

Um ganho que merece destaque, foi a incorporação de algumas de suas demandas na Lei agrícola, promulgada em 1991, sendo a mais emblemática o reconhecimento da diversidade existente entre os agricultores, fato que reforçou a necessidade de criação de políticas que atendessem as singularidades dos pequenos produtores. Mas, apesar dessa conquista, na maioria das vezes, ainda sobressaíam os interesses dos grandes produtores.

Mattei (2016) também demonstra a importância desse protagonismo dos atores políticos no meio rural. Para este autor, as duas últimas décadas do século XX são marcadas por um processo de organização e luta dos trabalhadores rurais, cujo foco era a reivindicação para a efetivação de seus direitos por meio da criação de políticas públicas

que contemplassem a diversidade de agricultores existente no meio rural do país.

No final dos anos 1980 e início dos 1990, ocorreu grande alteração da postura do Estado na esfera econômica, pautando suas decisões político-econômicas pelo viés neoliberal, reduzindo de forma significativa os investimentos nas políticas agrícolas, destacando ainda mais as fragilidades sociais vivenciadas pelos agricultores familiares. Isto é, as medidas acima “ameaçaram as condições de reprodução social e econômica da agricultura familiar, a qual já havia sido afetada pelas consequências da modernização da agricultura” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 131).

No entanto, esses acontecimentos negativos serviram para fortalecer a luta dos movimentos sociais que reivindicavam do Estado o reconhecimento e a valorização da agricultura familiar, como categoria crucial para o desenvolvimento. Dentre os vários ganhos obtidos com as lutas travadas pelos movimentos sociais, cabe destacar a definição do conceito de pequeno produtor, que balizaria a construção de políticas públicas para a categoria social; a criação do PRONAF, em 1996, política pública voltada, particularmente, para os agricultores familiares proporcionando-lhes, por exemplo, o acesso ao crédito e o auxílio a comercialização, fato que, posteriormente, incitou a criação de outros programas.

A segunda geração de políticas públicas, conforme Grisa e Schneider (2014) focou no social e no assistencial, tendo como pano de fundo o combate à pobreza rural.

Neste contexto, foram elaboradas diversas ações com o intuito de minimizar as mazelas sofridas pela população vulnerável, a exemplo do Programa Comunidade Solidária, que propunha ações para atender as diferentes manifestações da pobreza; ou seja, ações que visassem o apoio a educação, alimentação, habitação, qualificação profissional, entre outras.

Mas, essas mudanças não ocorreram sem conflitos, uma vez que as organizações representativas dos agricultores familiares exigiam a dissociação entre o PRONAF e os programas assistenciais, pois temiam que houvesse uma mistura entre esses programas de modo que os objetivos previstos com a criação do PRONAF fossem perdidos. Logo, o que os representantes da agricultura familiar buscavam era o entendimento do governo sobre a importância do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar.

O PAA foi constituído pelo Governo Federal em 2003 como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e tem como objetivo central garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2012). Cumpre duas finalidades, as

quais representam uma simbiose entre política agrícola e política social, com o mesmo recurso orçamentário (DELGADO, 2013, p. 6). A primeira é garantir o acesso aos alimentos, a segunda é promover a produção rural com ênfase na comercialização dos produtos dos agricultores familiares, categoria de ação política constituída na década de 1990 e que pela lei inclui diferentes tipos de produtores familiares como agricultores, pescadores, silvicultores, quilombolas, indígenas e extrativistas, dentre outros. Vários autores incluem as “compras públicas das diversas esferas de governo”, a exemplo do citado programa, na perspectiva de um comércio justo e solidário (NUNES; SILVA, 2011; SCHMITT, C. J., 2011; SCHMITT, V. G. H., 2011).

Do Projeto Fome Zero emergiram diversos programas, entre eles o Programa de Aquisição de Alimentos, que objetiva atender, concomitantemente, a duas necessidades fundamentais, a abertura de mercados para a agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias vulneráveis.

Ademais, a partir de 2003, devem ser destacadas outras importantes conquistas, como, a implantação da Lei no 11.326/2006 e da Lei no 11.947/2009. A primeira estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A segunda dispõe sobre a alimentação escolar, onde consta que, no mínimo, 30% dos recursos destinados a aquisição de alimentos para a merenda escolar devam ser adquiridos dos agricultores familiares, fato que proporciona o fortalecimento da agricultura familiar (DIAS et al., 2013, GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Neste contexto, segundo Grisa e Schneider (2014), surge a terceira geração de políticas para a agricultura familiar, a construção de um referencial pautado pela criação de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

É mister salientar que ainda hoje permanecem ativos os três referenciais de políticas públicas aqui citados, sendo que este último tem tido maior destaque tanto nacional como internacionalmente, em grande medida, em função do PAA.

Feita a passagem histórica, econômica, política e social pela origem das políticas públicas para a agricultura brasileira, passa-se a seguir a descrição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), seus principais objetivos, bem como suas potencialidades e limites.

Conforme Grisa (2009) e Grisa et al. (2010), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é fruto das lutas e reivindicações travadas pelos movimentos sociais que, desde os anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, vêm demonstrando a necessidade de uma política pública que contemplates as particularidades dos agricultores familiares, a

exemplo da garantia de comercialização para os seus produtos e, ao mesmo tempo, um política que atendesse aquelas famílias que se encontravam em situação de insegurança alimentar.

Nesse contexto, o Programa foi elaborado como uma das ações que compõe o Projeto Fome Zero, instituído pelo artigo 19 da Lei no 10.696/2003. Todavia, cabe ressaltar que esta lei foi alterada posteriormente pela Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011. Sendo assim, o PAA foi regulamentado por diversos decretos, sendo que, o que está em vigência é o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012.

O PAA é desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sendo suas diretrizes definidas por um Grupo Gestor composto por cinco Ministérios, quais sejam, Desenvolvimento Social; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda e Educação (BRASIL, 2018).

Grisa e Porto (2015) asseguram que o PAA adquiriu relevância em âmbito nacional e internacional por articular em uma mesma política pública o fortalecimento da agricultura familiar, a construção de mercados para a comercialização de alimentos oriundos da sua produção e, ainda, a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Os autores destacam que as primeiras iniciativas governamentais, em mercados institucionais, privilegiavam os médios e grandes produtores, pois os pequenos produtores eram considerados como “atrasados”, uma vez que não possuíam maquinários e tecnologias para acelerar a sua produção. Logo, os pequenos produtores não tinham vantagem competitiva em relação aos médios e grandes produtores. Ressalta-se que essa visão sobre os pequenos produtores perdurou por muitos anos e as políticas governamentais direcionadas para esse público somente tiveram uma nova roupagem, em 1996, com a criação do PRONAF e, posteriormente, um salto foi dado em 2003, quando entra em cena um conjunto de outras políticas como, por exemplo, o PAA.

Segundo Campos e Bianchini (2014), o PAA promove o acesso das populações em situação de insegurança alimentar a alimentos com qualidade e regularidade, bem como proporciona a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Destaca-se por incitar a diversificação da produção na medida em que conecta a oferta com uma demanda diversificada. Martins e Cavalcanti (2007) acrescentam que diferentes avaliações do Programa ressaltam que muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar os produtos locais que, até então, eram desconhecidos em seu valor comercial.

Ademais, outra novidade trazida pelo PAA foi à dispensa de licitação, facilitando o acesso dos agricultores ao mercado. Esta mudança representa um ganho expressivo para a categoria social, visto que os processos licitatórios acabavam não contemplando os pequenos produtores que, na maioria das vezes, não possuíam condições de atender a burocracia inerente a esses processos.

Para atender aos diversos objetivos propostos com a criação do PAA, atualmente, o programa encontra-se organizado em cinco modalidades, quais sejam: Compra com doação simultânea; Compra direta; Formação de estoques; PAA leite; Compra institucional e possui as seguintes finalidades:

Compra com Doação Simultânea tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada. A Compra Direta tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação. Apoio à Formação de Estoques tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses alimentos são destinados aos estoques públicos ou comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público.

O PAA Leite tem como finalidade contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares. A Modalidade Compra Institucional foi uma inovação do Decreto no 7.775/2012. Sua finalidade é garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. (BRASIL, MDS, CARTILHA PAA, 2012).

Apesar de contemplar uma diversidade de beneficiários, os agricultores familiares têm sido o maior público inserido no Programa, uma vez que são o principal alvo do mesmo.

Diante do descrito, acrescenta-se que, para participar do PAA, de forma individual ou coletiva, os agricultores precisam obter Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) ou o Cadastro da Agricultura familiar

(CAF), que atualmente substituiu a DAP. Esse documento deve ser adquirido junto a entidades e órgãos públicos autorizados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), como: Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entre outros. Salienta-se que para a adesão ao referido Programa a DAP ou CAF precisa estar ativa, sendo que o prazo de validade desta é de dois anos.

Outro destaque referente a inovações trazidas pelo PAA é sobre o resgate de produtos e práticas tradicionais trazendo significativos impactos para as famílias, assim como para as comunidades, a saber: elevação da autoestima das famílias através da valorização de saberes populares; inclusão social e produtiva; incentivo a práticas alimentares saudáveis; fortalecimento da economia local; diversificação da produção, dentre outros (GRISA, 2009, GRISA et al., 2010, GRISA; PORTO, 2015).

Nesse sentido, como ressalta Ellis (2000), a diversificação da produção agrícola e das fontes de renda reduz o efeito de uma quebra de rendimento de um cultivo na medida em que dilui o impacto em outras possíveis rendas; diminui a inconstância de rendas intra e inter-anos e o efeito da sazonalidade e, ainda, o impacto dos riscos climáticos, financeiros e outras tensões. Além disso, a diversificação pode ser vista como fortalecedora da autonomia das unidades familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à insegurança alimentar.

Importante destacar que o PAA incentiva também a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, apoiando sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, valorização da biodiversidade e aproveitamento dos recursos locais. Como exemplo, tem-se a Resolução no 08/2003, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, que dispõe sobre a aquisição de sementes produzidas pela agricultura familiar, em conformidade com o Programa de Aquisição de Alimentos, conforme artigo 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003. (BRASIL, 2014).

Também corroboram com esta questão os autores Grisa et al. (2010) e Grisa e Porto (2015), ao relatarem que o programa estimula a produção agroecológica e orgânica por meio de incentivos financeiros extras; ou seja, aqueles agricultores que trabalham com produções deste tipo conseguem comercializar os seus alimentos com um sobre preço de até 30%.

Desse modo, o PAA articula a produção de alimentos ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, a diferenciação, as relações sociais; contrapondo-se, portanto, ao modelo de produção

assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (TRICHES; FROEHLICH, 2008. p. 19). Isto é, valoriza a agricultura familiar em sua plenitude de aspectos.

Grisa e Porto (2015) assinalam que o PAA apresenta importantes contribuições para o desenvolvimento rural, dentre as quais convêm destacar: empenha-se em ajustar-se às disparidades existentes entre os agricultores familiares; objetiva incluir no programa aqueles agricultores que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica; esforça-se em ser elemento impulsionador da permanência das famílias no meio rural com qualidade de vida; preocupa-se com o resgate e fortalecimento de práticas tradicionais; contribui com o aumento da visibilidade dos trabalhos realizados por catadoras de mangaba, pescadores artesanais, quilombolas entre outros, que são atores que estiveram à margem da sociedade por um longo período; e, ainda, incentiva uma produção “mais limpa”, que não agrida o meio ambiente.

Apesar das potencialidades citadas, os mesmos autores alegam que, ainda existe uma dificuldade dos agricultores para se adequarem às exigências impostas pelos órgãos de fiscalização, por exemplo, as normas prescritas pela vigilância sanitária. Além disso, a burocratização para a adesão e permanência no PAA é ainda um desafio a ser superado.

Nesse mesmo sentido, corroboram Grisa et al. (2010), apontando as potencialidades e limites inerentes ao PAA. Dentre os benefícios citados convêm destacar os seguintes: possibilidade de comercialização da produção dos agricultores com maiores chances de lucro, uma vez que dispensa a mediação do “atravessador” para o escoamento da sua produção, o que é feito de forma direta entre produtores e consumidores e, ao mesmo tempo, estimula o respeito e a confiança entre quem produz e quem consome por meio dessa proximidade proporcionada pelo programa.

Outrossim, o programa tem possibilitado melhoria na alimentação escolar em termos de quantidade e qualidade, o que tem influenciado na assiduidade dos alunos, bem como tem contribuído para a elevação do rendimento escolar dos mesmos e, ao mesmo tempo, influencia na melhoria da alimentação familiar, uma vez que os alunos solicitam em casa a mesma alimentação que possuem na escola (GRISA et al., 2010).

Os referidos autores afirmam também que o PAA contribui, ainda, para a garantia de comercialização e elevação dos preços dos produtos, fatores que influenciam diretamente para a permanência das famílias em suas propriedades e para a sua emancipação. Dessa forma, o programa promove o resgate e fortalecimento da autoestima

e segurança de seus membros, esses que, muitas vezes, tinham que abandonar seus lares em busca de trabalhos para sustentar as suas famílias.

Embora existam limitações do programa em termos de conservação e distribuição dos produtos, além de limitada participação e controle social, isto não diminui a sua relevância e amplitude, ao contrário, as suas potencialidades superam os seus desafios.

Dito isso, considera-se mister ressaltar que esse Programa contribui diretamente para o desenvolvimento local. Essa afirmação é apresentada por Grisa (2009) ao analisar o referido Programa com base nos cinco ativos capitais concebidos por Bebbington (1999) e concluir que o PAA apresenta interfaces, sobretudo, com três desses ativos quais sejam: o capital natural, cultural e social.

De acordo com Bebbington (1999), citado por Grisa (2009), para que as ações de redução e/ou combate a pobreza, bem como estratégias de desenvolvimento local tenham efetividade, é imprescindível que as famílias e comunidades tenham acesso aos ativos de capital: O natural, humano, social, produzido e cultural. Caso contrário, todas as ações com o objetivo de minimizar as mazelas sofridas pela população vulnerável serão fadadas ao fracasso, pois “os ativos de capital tornam-se a base do poder do agente para agir e/ou para reproduzir, desafiar, propor ou mudar as regras que governam o controle, o uso e a transformação dos recursos” (BEBBINGTON, 1999 ,GRISA, 2009, p. 7).

Em mais de uma década de existência, pesquisadores como Chmielewska, Souza e Lourete (2010), Grisa et al. (2011) e Delgado (2013) estudam os diversos efeitos e mudanças que o programa causou nos processos produtivos (ampliação, valorização regional e resgate da diversificação da produção), na organização dos agricultores familiares (maior grau de organização em cooperativas e associações) e na dieta alimentar da população beneficiada (quantidade e qualidade de alimentos). Além disso, indicam resultados inesperados como o resgate das culturas regionais, da autonomia e da autoestima de comunidades rurais.

Essas mudanças estão atreladas a um tipo de mercado institucional que, além de ser garantido, é lembrado por Grisa et al. (2011) como inovador por romper com tradicionais formas de comercialização que não levavam em consideração as especificidades dos agricultores familiares. Em oposição, a Lei nº 10. 696/2003, que criou o PAA, autoriza a dispensa de licitação na compra de produtos comercializados pelos agricultores familiares e as normas do programa levam em consideração que o preço dos alimentos ofertados deve estar relacionado a realidade e diferenças regionais.

O PAA visa promover a articulação da Agricultura Familiar com outros programas

sociais, garante a compra da produção e a doação às entidades participantes de programas sociais, como escolas, associações, aos equipamentos socioassistenciais e entidades filantrópicas. Possibilita a presença de forma mais efetiva do Estado com apoio à comercialização da agricultura familiar de forma mais desburocratizada, considerando que as regras licitatórias na aquisição desses alimentos são dispensadas conforme exige a lei de criação do PAA (MATTEI, 2007).

Essas Políticas Públicas de fomento à Agricultura Familiar têm assegurado a inserção dessa categoria nos mercados, com o objetivo de propiciar melhorias sociais, econômicas e de estimular a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida. Nesse sentido, diversas iniciativas e ações do governo federal para a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar em especial para as mulheres do campo, foram conquistadas.

Entre estas, a determinação da cota mínima de 40% para mulheres no PAA, estabelecido pela Resolução nº44, de 16 de agosto de 2011, em seu Art. 5º. Essa conquista tornou-se importante estratégia para ampliar a igualdade de gênero e para superar a invisibilidade das mulheres no contexto das Políticas Públicas, em particular no Programa de Aquisição de Alimentos (BRASIL,2011).

Entre outros interesses pela temática sobre o PAA, a obrigatoriedade do cumprimento dessa cota mínima estabelecida pelo governo federal, se apresenta como motivação principal para a realização desse estudo. O programa é uma Política Pública que pode contribuir para reconhecimento do trabalho feminino, empoderamento e valorização do seu papel na configuração econômica rural, onde muitas delas são responsáveis pelo sustento de suas famílias, assim como, promover acesso dessas mulheres a Políticas Públicas com igualdade entre homens e mulheres.

Cabe, portanto, afirmar que, apesar de apresentar algumas fragilidades, o PAA é de extrema importância para os agricultores familiares e suas comunidades, podendo contribuir substancialmente para a melhoria das suas condições de vida. Para tanto, é necessário que o monitoramento e a avaliação do programa sejam realizados constantemente, de modo que as falhas que se apresentarem no processo possam ser corrigidas; suscitando, assim, o aperfeiçoamento do programa.

A pesquisa vem no sentido de complementar as discussões que envolvem as mulheres rurais participantes do PAA no Nordeste Paraense, assim como contribuir no debate a respeito da execução do programa, buscando compreender a relação de uma Política Pública e autonomia dessas mulheres.

Nos últimos anos, o PAA se tornou objeto de uma série de pesquisas, que o analisam sob várias perspectivas, no entanto, concentradas em sua maioria nas regiões Sul e Sudeste, inviabilizando a compreensão mais aprofundada da dinâmica operacional do programa na região Norte. A realização de pesquisa sobre a temática na região do Nordeste Paraense possibilita identificar algumas lacunas existentes, devido a carência de informação.

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Ao decorrer da história, devido à necessidade e subsistência do homem, a agricultura se tornou primordial no processo evolutivo, social e econômico da sociedade. Não diferente do Brasil, onde a agricultura foi e é fator chave para o seu desenvolvimento. Que por sua vez, iniciou-se na produção de cana-de-açúcar, posteriormente do café, a agricultura brasileira mostra-se como uma das maiores exportadoras do mundo em vários tipos de cereais, frutas, grãos, entre outros (STUCKKEY, 2008).

Pela sua importância no cenário do desenvolvimento do país, a agricultura junto com a pecuária, compreende significativamente na economia, onde participa de 23% do PIB (Produto Interno Bruto), representa 48% das exportações totais do país, segundo a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) 2017.

Esse setor emprega 19 milhões de pessoas, de acordo com estudo feito pelo Cepea/Esalq 2016 (Centro de Estudos de Economia Agrícola da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba, SP) Diante desse contexto, se insere a Agricultura Familiar, que segundo Pena (2015) consiste na produção agrícola e pecuária feita por agricultores familiares, empregando, em sua maioria, mão de obra pertencente ao núcleo familiar, mas também podendo contar com a presença de trabalho assalariado.

Este segmento representa conforme o Ministério do desenvolvimento Agrário 70% de todo alimento consumido no país. Porém, apesar de ser fonte importante e representativa de desenvolvimento, a agricultura familiar passou e passa por desafios e carências, que resultaram na criação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, para que os mesmos pudessem dar continuidade e sustentabilidade as suas atividades rurais (DESTER, 2017).

Com a finalidade de transformar a realidade de muitos agricultores familiares, surge assim, na década de 1990, o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), incentivando a geração de renda, contribuindo para melhor uso de mão-de-obra, através do financiamento de seus serviços e atividades rurais. Tem por principais objetivos a redução da pobreza, buscando assegurar acesso ao crédito aos agricultores de forma barata, além de integrar os mesmos em outras políticas de desenvolvimento rural (MENDONÇA et al., 2004).

Além desse programa, os agricultores familiares puderam ser integrados a outros, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tendo como finalidade prover parte da merenda escolar com produtos derivados da agricultura familiar, o programa prevê que a compra de no mínimo 30% dos alimentos servidos nas escolas de

rede pública seja da agricultura familiar (GESPIANOS, 2016).

Outro programa instituído, foi o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), conforme Gespianos (2016) informa, o PAA é executado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ele busca, por meio de mercados institucionais, atender órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

O PAA foi criado a partir da narrativa construída pelos debates da fome e da segurança alimentar e nutricional. Ou seja, o PAA nasceu da perspectiva da interseção entre elementos da política agrícola e da política de segurança alimentar. O Programa é operacionalizado pelo governo federal que compra os alimentos dos agricultores familiares e suas organizações, com dispensa de licitação, e os distribuem para os beneficiários em situação de vulnerabilidade social, para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, dentre outros), instituições socioassistenciais, escolas da rede pública de ensino ou também destina à formação de estoques reguladores (GRISA, 2012).

Para a FAO (2016), este Programa tem contribuído também para a integração dos agricultores familiares junto aos circuitos curtos de comercialização, o que permite desenvolver capacidades e conhecimentos que, a posteriori, lhes possibilitam inserir-se em outros mercados, evitando a dependência de mercados hegemônicos e tradicionais.

A expansão do sistema capitalista e o desenvolvimento econômico excludente e concentrador, levou a que o setor agrícola passasse por um processo de modernização, que privilegiou os segmentos mais capitalizados, em detrimento dos agricultores familiares, o que exigiu a formulação de políticas públicas, como mecanismos de redução da pobreza e do êxodo rural (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

O programa PAA possui dois tipos de beneficiários, os consumidores e os fornecedores. Os primeiros são aqueles que se encontram em situação de insegurança alimentar e que são atendidos pela rede socioassistencial. Os segundos são os agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas, dentre outros. Frisa-se que esses últimos podem participar do programa tanto de forma individual quanto de forma coletiva, sendo que esta última forma de participação diz respeito aos beneficiários que estão organizados por meio de associações e/ou cooperativas (BRASIL, 2014).

Segundo Grisa et al. (2010) e Grisa e Porto (2015), o PAA tem resgatado produtos e práticas tradicionais, fato que causa impactos positivos para as famílias participantes, assim como para as comunidades nas quais estão inseridas, como, elevação da autoestima através da valorização de saberes populares; inclusão social e produtiva; incentivo a

práticas alimentares saudáveis; fortalecimento da economia local; diversificação da produção, entre outros.

Quanto aos limites do programa, Grisa et al. (2010) alertam que ainda há pouca divulgação sobre o mesmo no que diz respeito aos seus objetivos e formas de operacionalização; existem, ainda, dificuldades dos produtores em atender as exigências documentais para a sua inserção no programa, a exemplo da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Outra limitação está associada ao fato de que os agricultores enfrentam problemas para a conservação e distribuição dos alimentos, o que, muitas vezes, desestimula sua inserção ao PAA. Ou seja, apesar do programa prever a inserção dos agricultores familiares mais vulneráveis, com o intuito de minimizar as vulnerabilidades vivenciadas por eles, são estes agricultores que mais carecem de infraestruturas adequadas para a conservação dos alimentos produzidos, bem como para o transporte dos mesmos até o seu destino.

Igualmente, ressalta-se a pouca divulgação sobre os mecanismos de participação social para o acompanhamento e monitoramento do Programa, a exemplo dos Conselhos de segurança alimentar, o que limita fortemente a verificação dos entraves na execução do mesmo; dificultando, assim, o seu aperfeiçoamento.

Nesse sentido, questiona-se sobre a eficácia do PAA, considerando se suas ações levam ao processo de empoderamento das famílias agricultoras por ele beneficiadas. O termo empoderamento deve ser entendido como um processo, por meio do qual o sujeito aumenta a eficácia do seu exercício de cidadania, em outras palavras, a pessoa se torna agente de sua vida, escolhendo e realizando suas ações de acordo com as oportunidades e capacidades que lhe são inerentes.

De acordo com Carl et al. (1992), citado por Santos (1999), a questão do empoderamento pode ser analisada sob diversas perspectivas inter-relacionadas, sendo que as mais recorrentes são: processo, sociedade, performance, percepção, filosofia e paradigma.

A primeira se refere ao aumento das oportunidades colocadas a disposição das pessoas, de forma a aproveitarem as capacidades existentes e adquirirem novas experiências.

A segunda diz respeito a forma de relação interpessoal, onde são avaliadas características, como: cooperação, proatividade, respeito, além da divisão de tarefas. A terceira perspectiva, que compreende o empoderamento como performance, relaciona-se

com as habilidades e conhecimentos adquiridos ou aperfeiçoados pelas pessoas. Isto significa dizer que essa perspectiva tem como foco as características comportamentais das pessoas, a exemplo da flexibilidade. A quarta perspectiva que é denominada como percepção se refere ao modo como as pessoas se percebem; ou seja, contempla características diversas, como: crenças, valores, força pessoal. Já a quinta perspectiva, enfoca o empoderamento como uma ideologia para aumentar e promover as competências dos indivíduos.

A sexta e última definição, reporta-se ao empoderamento como paradigma, ou seja, um modelo que abarca elementos, como crescimento e desenvolvimento das capacidades das pessoas, promovendo um maior controle sobre vários aspectos da vida.

No contexto do Programa de Aquisição de Alimentos, dentre os diversos objetivos preconizados, destaca-se o fortalecimento da categoria agricultura familiar, a inclusão econômica e social das famílias agricultoras e o resgate de práticas tradicionais.

Assim, apesar de não citar o termo empoderamento de modo explícito, infere-se que, a partir da contemplação desses objetivos, a condição de agente dos beneficiários pode ser estimulada e efetivada. Isto é, mesmo que de modo implícito, o PAA busca o desenvolvimento de seus beneficiários por meio da efetivação da sua condição de cidadão.

Desse modo, o que se pretendeu com a pesquisa foi analisar se após a inserção no programa, em função do cumprimento desses objetivos, as famílias agricultoras obtiveram substrato suficiente para iniciar seu processo de empoderamento e se tornarem agentes do próprio destino.

Ou seja, a pesquisa teve por objetivo analisar a eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos como vetor de empoderamento das mulheres beneficiárias fornecedoras, tendo sido delimitado como público-alvo as agricultoras fornecedoras do programa que residem nos municípios do Nordeste Paraense, sendo eles: Capanema, Nova Timboteua, Salinópolis, São João de Pirabas, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo e Tracuateua onde o programa se encontra institucionalizado.

No entanto, ainda existem lacunas no conhecimento sobre os impactos do PAA no empoderamento das mulheres rurais no Nordeste Paraense. Compreender como esse programa tem contribuído para o empoderamento das mulheres rurais é fundamental para a formulação de políticas públicas mais efetivas e para a promoção da igualdade de gênero no contexto agrícola.

1.2 Hipóteses

1. O Programa de Aquisição de Alimentos tem proporcionado maior autonomia financeira para as mulheres rurais no Nordeste Paraense.
2. A participação no PAA tem contribuído para o fortalecimento da autoestima e do empoderamento das mulheres rurais no Nordeste Paraense.

1.3 Objetivo Geral:

Analisar o desempenho do PAA e suas repercussões no empoderamento das mulheres agricultoras no Nordeste Paraense.

1.4 Objetivos Específicos:

1. Analisar o papel do PAA na autonomia financeira das mulheres rurais.
2. Verificar a participação das mulheres rurais nas decisões relacionadas à comercialização de alimentos no âmbito do PAA.
3. Avaliar os impactos do programa no empoderamento das mulheres rurais.

1.5 JUSTIFICATIVA

Justificativas para se estudar o empoderamento das mulheres agricultoras que participam do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Em primeiro lugar, as mulheres representam a maioria dos agricultores em todo o mundo e, muitas vezes, enfrentam desafios adicionais em comparação com seus colegas masculinos, como discriminação de gênero, falta de acesso à terra, recursos e financiamento limitado. Portanto, o empoderamento dessas mulheres é fundamental para reduzir a desigualdade de gênero e promover a igualdade de oportunidades.

O PAA é um programa que visa apoiar a agricultura familiar e promover a segurança alimentar. Ao fortalecer a posição das mulheres agricultoras no programa, aumenta-se a capacidade delas de produzir alimentos, gerar renda e sustentar suas famílias e comunidades. Além disso, o empoderamento das mulheres também pode levar a um uso mais sustentável dos recursos naturais, já que as mulheres tendem a ter uma abordagem mais holística em relação ao meio ambiente.

A análise do empoderamento das mulheres agricultoras que participam do PAA é importante para garantir que o programa esteja cumprindo seus objetivos e metas de inclusão social e igualdade de gênero. Ao avaliar o impacto do programa nas mulheres agricultoras, pode-se identificar possíveis obstáculos e barreiras à participação das mulheres e implementar medidas para garantir que essas mulheres tenham igualdade de oportunidades e benefícios no programa.

A agricultura familiar desempenha papel fundamental para o desenvolvimento local em que está inserido, suprindo o mercado da região e emprega boa parte da mão de obra. É indiscutível sua importância para o setor econômico e social, porém os agricultores familiares durante toda sua trajetória passaram por grandes dificuldades, por muitas vezes não só não conseguindo suprir suas necessidades básicas, como não tendo condições de realizar suas atividades, assim, foram criadas políticas públicas que dessem suporte para sua subsistência e qualidade de vida.

A agricultura familiar vem adquirindo espaço relevante nas discussões a respeito do fornecimento de alimentos, bem como da segurança e da soberania alimentar no Brasil. Esses temas estão cada vez mais presentes na agenda pública, uma vez que, apesar da pobreza ter tido uma redução de 58,7%, no período de 2011 a 2014, informações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), citadas por Mello (2015), registram que 3,5 milhões de agricultores familiares estão no Cadastro Único para Programas Sociais, com 2,4 milhões sendo beneficiários do Programa Bolsa Família (69%); estando, portanto, em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$154,00 mensais. Em outras palavras, a partir dos dados anteriormente citados, é possível inferir que houve uma diminuição da pobreza, com melhorias pontuais. Mas, não se pode afirmar que houve uma redução da desigualdade social no País. Segundo a referida autora, embora o Brasil tenha avançado nas políticas de combate à pobreza, como é o caso do PAA, é preciso que esses resultados sejam consolidados, como proposto no novo Programa de Oportunidades Estratégicas para o País (COSOP), que está norteando as operações do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), no Brasil, no período de 2016 a 2021.

Reconhece-se que as temáticas do reconhecimento da categoria agricultura familiar e da necessidade de seu fortalecimento são objeto de inúmeras discussões e pesquisas, dentre as quais o Programa de Aquisição de Alimentos tem surgido como grande expoente. Como exemplo, podem ser citados os estudos de Silva (2013) e Zani (2014), que analisaram o papel do PAA no fortalecimento da agricultura familiar e, ainda, pesquisas que avaliaram a importância do PAA para a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de insegurança alimentar, como pode ser verificado nos estudos de Bragatto (2010) e Carvalho (2013).

Todavia, há uma escassez de análises quanto à contribuição do programa para o empoderamento das mulheres agricultoras; ou seja, daquelas mulheres diretamente responsáveis pela produção e fornecimento dos alimentos aos beneficiários consumidores.

Por outro lado, a pesquisa de Andersson (2015) teve como um de seus objetivos

específicos analisar, em que medida, o acesso das famílias rurais aos programas e políticas governamentais, principalmente aqueles com foco na agroecologia, modificam as relações nos espaços rurais e contribuem para o seu empoderamento. A autora enfatizou que o acesso a políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA, contribuiu de forma significativa para a emancipação e empoderamento daquelas mulheres que estão inseridas nos mesmos, uma vez que esta é uma forma de consolidação da comercialização de seus produtos e de garantia de renda.

Sendo assim, o ganho de conhecimento da pesquisa proposta concentra-se no fato de que a mesma se propôs analisar se a inserção das mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos contribuiu para o seu empoderamento; ou seja, trata-se de uma análise mais ampla que as já existentes, pois se propôs ao estudo do empoderamento das mulheres agricultoras. Analisou-se se ocorreu o desenvolvimento e a expansão das capacidades dessas mulheres após sua inserção no PAA; isto é, se as famílias obtiveram condições para participarem ativamente das decisões que afetam as suas vidas. Nesse sentido, pressupõe-se que o empoderamento possa ocorrer na perspectiva de processo que, conforme Santos (1999), se refere ao aumento das oportunidades colocadas à disposição das pessoas, de forma a aproveitarem as capacidades existentes e adquirirem novas experiências.

Para a análise desse empoderamento, trabalhou-se com indicadores objetivos e subjetivos. Os indicadores objetivos foram baseados nos seguintes objetivos do programa:

a) fortalecimento da agricultura familiar, em termos de autonomia econômica (trabalho, capacitação, renda, produção, mercado) e social (relações institucionais, envolvimento familiar, acesso à informação e participação;

b) inclusão social, dimensionado pela qualidade de vida, considerando os domínios de vida proposto por Adams (2005), citados por Rosado (2011), que são: trabalho remunerado, renda familiar, saúde, lazer, educação, alimentação, moradia, religião, integração social, meio ambiente, família/ amigos/vizinhos, bem-estar consigo mesmo; e c) resgate de práticas tradicionais, em termos de identificação e valorização.

Por outro lado, quanto aos indicadores subjetivos do empoderamento, examinou-se as narrativas das agricultoras, quanto às mudanças ocorridas em suas vidas, como um todo, derivados do PAA.

O estudo foi realizado com as mulheres beneficiárias que residem nos municípios de Capanema, Nova Timboteua, Salinópolis, São João de Pirabas, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo e Truateua. A escolha destas cidades justifica-se pelo fato do programa se encontrar em estágio avançado de institucionalização no local.

O processo de implementação nos municípios de Santa Luzia do Pará, Santarém Novo e Tracuateua foi iniciado no ano de 2012, os municípios de Capanema, Salinópolis e São João de Pirabas que iniciou a implantação no ano de 2020.

Os Municípios citados, não possuem serviço de inspeção municipal, nem outro tipo de serviço sanitário, que possa ser inspecionados os produtos processados como polpas de frutas, farinha de mandioca, farinha de tapioca, e os produtos de origem animal, como frango, ovos e o mel. Nesse sentido, os produtos que são entregues ao PAA, somente são produtos in natura, durante a aplicação do questionário, houve muitas reclamações das beneficiárias com relação as inspeções sanitárias para os produtos processados, pois as mesmas não tem informações e o município não tem suporte técnico operacional das inspeções sanitárias para os produtos de origem animal e os processado. Assim sendo, a quantidade de produtos ofertados diminui, porque só podem entregar os produtos in natura, (hortaliças e legumes) e os produtos como (polpas, ovos, mel e frango) não podem entregar, porque não tem inspeções sanitárias, nesse sentido, não contribui de forma significativa para o alcance do objetivo de segurança alimentar e nutricional, uma vez que esses produtos poderiam complementar as entregas com os produtos de origem animal, caso os produtos tivessem os selos de inspeção sanitária.

Desse modo, a pesquisa pode trazer informações relevantes para a construção do conhecimento relativo às inúmeras facetas que envolvem a eficácia de uma política pública, como a do PAA, principalmente, no que diz respeito ao processo de empoderamento das agricultoras que estão inseridas nesse programa. Esse conhecimento servirá de subsídio para o aperfeiçoamento de programas, projetos e serviços destinados às populações beneficiárias e, conseqüentemente, poderá suscitar políticas públicas cada vez mais consistentes e adequadas à realidade das mulheres agricultoras, que possam de fato contribuir para melhoria da qualidade de vida das famílias e para a sua emancipação/empoderamento.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este estudo é composto por 4 capítulos. O Capítulo 1 (um), denominado Contextualização, contextualiza o Programa de Aquisição de Alimentos temática das políticas públicas para agricultura familiar. Ainda neste capítulo contém o problema e sua importância, as hipóteses, os objetivos, divididos em objetivo geral e específicos, e justificativa do presente estudo.

Os Capítulos 2 (dois) e 3 (três) tratam de uma abordagem teórica do estudo. O Capítulo 2 (dois) apresenta o Empoderamento, Empoderamento feminino, Mercados Institucionais e empoderamento feminino e referências. Enquanto, o Capítulo 3 (três) trata do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o empoderamento de mulheres rurais no Nordeste Paraense, Introdução, metodologia utilizada neste estudo, análise dos resultados obtidos na pesquisa, conclusões e referências.

Por fim, no Capítulo 4 (Quatro) são realizadas as considerações finais deste estudo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. de F.; MENEZES, M. O valor material e simbólico da renda renascença. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 461-467, maio-ago. 2007.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues. Priore, Silvia Eloiza. Franceschini, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores: disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0617.pdf> acesso em 25/04/2019.

BANCO MUNDIAL. Relatório Anual de 2019: erradicar a pobreza, investir em oportunidades. Washington D, C.: World Bank, 2019. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/921181570464852907/The-Word-Bank-Annual-Report-2019-Ending-Poverty-Investing-in-Opportunity>. Acesso em: 26 ago.2019.

BRASIL. Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais- DPMR/MDA. As políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil.2015, 30p. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIS_NO_BRASIL.pdf. Acesso em: 30 jul.2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/\\$les/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/$les/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf)>. Acesso em: 7 mar. 2016.

BRASIL, Portaria nº 1, de 29 de janeiro de 2019. Altera a Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018, que disciplina a emissão de declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 22, p. 2, 31 jan. 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/61356358/do1-2019-01-31-portaria-n-1-de-29-de-janeiro-de-2019-61356339. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL, Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018. Disciplina a emissão de declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 165, p. 4, 27 ago. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38405397/do1-2018-08-27-portaria-n-523-de-24-de-agosto-de-2018-38405190. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL, Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em: 11 abr. 2021.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as Práticas dos Agricultores Participantes Orientadas ao Mercado: estudo de caso no Estado de Sergipe. Brasília: IPEA, 2010.

(Texto para Discussão n. 1510).

DELGADO, G. C. Pesquisa de avaliação de concepção e implementação do Programa Aquisição de Alimentos & PAA: relatório de avaliação do PAA (Síntese). Brasília: Conab; PNUD, 2013. 17 p. Mimeografado.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Organizadores Cátia Grisa e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. P.155-180.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Organizadores Cátia Grisa e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. P. 19-50. “Plantar para o gasto”: a importância do autoconsumo entre as famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, SOBER, Vol. 46, N. 02, p. 481-516. Abril/Junho 2008.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EMPODERAMENTO

O passado histórico construído ao longo dos anos e de lutas pelas mulheres traz uma realidade de submissão e de inferioridade, marcada pela supremacia masculina e pela nítida hierarquização do poder, através dos resquícios do Sistema Colonial no Brasil, em que prevalecia o Pátrio poder (OLIVEIRA, 2012).

A mulher era considerada como o “sexo frágil” e foi designada para o mundo privado, ou seja, dedicada aos cuidados domésticos e maternos. No período colonial no Brasil, as mulheres passaram a ter direito à instrução escolar tardiamente. A educação feminina restringia-se então somente a aprender os trabalhos domésticos e maternos, para ser uma boa esposa e mãe.

A realidade da trabalhadora rural tem sido estudada por diversos autores, sendo um deles a pesquisadora Paulilo, que desde 1976, se debruça no estudo do meio rural brasileiro. Em certo momento, Paulilo (2016, p. 27) afirma que, nas sociedades em geral, o fator sexo opera como um elemento discriminador na divisão social do trabalho, já que ao homem estão destinados os trabalhos ligados à produção, e à mulher, o trabalho doméstico.

Segundo Staduto, Do Nascimento e De Souza (2017, p. 02), a participação da mulher na vida familiar e sociedade rural, apesar da sua pouca visibilidade e valorização, é fundamental para as atividades de reprodução e produção da agricultura familiar. Rati ficado por Paulilo (2016, p. 192), faz sentido atentar para a discriminação de não considerar as lidas femininas na casa ou na roça como “trabalho”. A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais (daí a expressão “trabalho invisível”) é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família.

Segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 598), somente quando se considerar trabalho doméstico como atividade de trabalho, tanto quanto o trabalho profissional é que se pode pensar em termos de ‘divisão sexual do trabalho.

Com base na compreensão de Lagarde (1996, p. 13), uma das finalidades da perspectiva de gênero é contribuir para a construção de uma nova configuração subjetiva e social, desde a ressignificação da história, sociedade, cultura e política das mulheres e com as mulheres.

As autoras Siliprandi e Cintrão (2011, p. 13) consideram a caracterização da agricultura familiar como uma forma de produção, na qual a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, ambas regidas, em geral, por uma rígida divisão sexual e geracional do trabalho, em que as tarefas e os papéis sociais entre homens e mulheres; adultos, jovens e idosos

são distintos e marcados por uma hierarquia. Assim, atividades, espaços de produção e identidades sociais são diferenciados: às mulheres adultas são atribuídas as atividades domésticas e de reprodução da família; e aos homens, os espaços ditos “produtivos” e de geração de renda.

Siliprandi e Cintrão (2011, p. 20) tratam a divisão da produção, como “autoconsumo” e “comerciais ou de renda”. O primeiro está sob responsabilidade das mulheres. Elas costumam ter pouco ou nenhum acesso ao mercado, tendo o excedente trocado ou oferecido a vizinhos e parentes, ou simplesmente como perda. E, o segundo “comerciais ou de renda”, em geral, é responsabilidade dos homens, ainda que as mulheres trabalhem efetivamente para a sua produção. Em geral, as atividades de comercialização e o uso dos recursos auferidos com a venda desses produtos fogem do controle das mulheres. Essa dicotomia também se esbarra nas unidades familiares de produção, em que há produtos e tarefas identificados como sendo responsabilidade dos homens ou das mulheres, que serão colocados em determinados mercados e receberão valorizações diferenciadas.

Quando se trata de unidade familiar, Siliprandi e Cintrão (2011, p. 13) revelaram que as mulheres normalmente trabalham em quase todas as atividades da propriedade, porém, nem sempre participam das decisões sobre o uso dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho.

Paulilo (2016, p. 208-209; 1996, 1987), ao estudar o trabalho das mulheres rurais em cinco regiões diferentes do Brasil e em épocas diferentes, percebeu que a distinção entre trabalho “pesado”, aquele realizado pelos homens, e trabalho “leve”, o feito pelas mulheres, não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido, mas ao sexo de quem o executava.

Essa distinção era tamanha que, qualquer trabalho, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse, era considerado leve se realizado por mulheres.

Para a autora, a distinção caracteriza como trabalho “pesado”, masculino, o roçar e preparar a terra para o plantio, a criação de gado, etc.; e trabalho “leve”, feminino, o plantar, arrancar o mato miúdo e adubar. Mulheres e crianças ajudam no plantio e na colheita das lavouras, cuidam das atividades domésticas e procuram complementar a renda familiar dedicando-se às ocupações artesanais (PAULILO, 2016, p.106-108).

No meio rural e nas sociedades agrárias, as atividades exercidas pelas mulheres são quase totalmente invisíveis. Elas participam ativamente da esfera reprodutiva, que praticamente não tem valorização, apesar de gerarem renda de forma indireta ou mesmo diretamente, e quando geram algum excedente, essa produção chega ao mercado, majoritariamente por meio dos homens, encarregados de ocupar e atuar no espaço público (STADUTO, 2015, p. 71).

Em 2000, autoridades mundiais de mais de 190 nações reuniram-se na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, onde firmaram a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Entre eles, encontram-se a “igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”. Esse intuito esteve voltado, inicialmente, à educação e, mais tarde, foi estendido envolvendo outras esferas.

Tendo em vista o alcance da Declaração e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a ONU trouxe à tona a temática de gênero nas agendas globais de desenvolvimento, associada ao combate à miséria e à fome, assim como à consolidação da sustentabilidade. Segundo o Fórum Global de Serviços de Consultoria Rural (Gfras), o papel das mulheres na agricultura está se tornando centro de atenções, assim como a intenção de melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias pobres, com o intento de um desenvolvimento sustentável (GFRAS, 2012).

Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas” (ONU, 2015, p. 1).

Cabe ressaltar que o Brasil é signatário de alguns importantes documentos internacionais, a saber: Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW, 1979); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém Pará, 1994); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Conferência de Cairo, 1994); IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Conferência de Pequim, 1995), dentre outras.

Atualmente, pesquisas revelam que no Brasil as mulheres tem sido maioria em todos os níveis de ensino no Brasil, inclusive o superior. De acordo com os dados do Plano Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, as mulheres lideram a participação em escolas, universidades e cursos de qualificação. Entretanto, apesar de mostrarem um avanço importante em relação a escolarização, as pesquisas também destacam que as mulheres ainda estão sujeitas a uma menor remuneração em relação aos homens, mesmo que realizem uma atividade igual a eles (BRASIL, 2016).

A desigualdade de poder nas relações surge no gênero. O sexo compreende a caracterização genética e anatômica referente a questões biológicas, o gênero envolve uma determinação de papéis sociais e relacionamentos construídos pela sociedade para os sexos. O que explica sua alteração ao longo do tempo e de culturas no mundo.

Para Farah (2004, p. 48) “O conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970 e, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo”

Nesse sentido Rubin (1979) concorda que o conceito de gênero apareceu nos Estados Unidos, na década de 1970, e acrescenta que a ideia de gênero começou crescer nas ciências e nas universidades a partir dos anos 1980.

Porém, a questão de gênero já vinha sendo refletida desde o fim dos anos 1940 pela filósofa Simone Beauvoir. A autora destacou que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher (BEAUVOIR, 1980). Nesse sentido para a autora o “ser mulher” é uma construção social e cultural, assim contrariando o pensamento determinista do final do século XIX que se embasava na biologia para explicar a superioridade do sexo masculino e as diferenças sociais de gêneros.

Scott (1995, p. 86) conceitua gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”

Ainda segundo a autora, o gênero não se define pela questão biológica, mas sim pela sociedade. Nesse sentido, gênero seria uma percepção da sociedade, através de uma forma de pensar engessada e dual, em relação às diferenças sexuais. (SCOTT, 1995).

Corroborando o conceito de Joan Scott, Frota (2004) discute a questão de gênero como categoria e contraria a ideia do determinismo biológico e enfatiza o caráter relacional entre o feminismo e masculino.

Todavia, só muito recentemente, as feministas começaram a utilizar a palavra gênero, buscando um sentido de expressar a organização social da relação entre os sexos. A dimensão da palavra gênero, neste sentido, foi dada pelas feministas americanas que insistiam em interpretar o caráter eminentemente social das distinções fundadas sobre sexo, rejeitando, portanto, o determinismo biológico implícito no uso das expressões sexo e diferença sexual, enfatizando, portanto, o aspecto relacional das definições normativas da feminidade. (FROTA, 2004).

Segundo Sardenberg (2004), o gênero permitiu o surgimento de novos caminhos para a desconstrução e para a “desnaturalização” do masculino e feminino. Porém, essa nova problemática também propiciou o surgimento desse ‘fosso’ entre o que elas chamam de feminismo da modernidade e o feminismo da pós-modernidade. Assim, ainda nos anos 70 houve um avanço significativo quando o gênero começou ser elaborado a partir da construção social das identidades sexuais e como objeto de estudos feministas. Assim abriu caminhos para a desconstrução desnaturalização do masculino e do feminino (CONCEIÇÃO, 2009, p. 739).

Lagarde (1996) debate que para adaptar a humanidade em sua capacidade realmente abarcadora na dimensão de gênero, é preciso tornar visível, de maneira ética, a alienação que identifica mulheres e homens com seus símbolos.

A voz humana contém a ambos os gêneros e a crítica ao seu estado atual: às condições de gênero de cada categoria social, aos modos de vida das mulheres e homens e às suas situações vitais, assim como, ao conteúdo político de dominação/opressão das relações entre ambos os gêneros (LAGARDE, 1996, p. 4, tradução nossa).

Para Scott (2005), indivíduos e grupos, igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes, que estão necessariamente em tensão. Essas tensões resolvem-se de maneira específica, ao longo da história, e precisam ser analisadas nas suas questões políticas peculiares e “não como escolhas morais e éticas intemporais” (SCOTT, 2005, p.14).

Na década de 1990, sob a perspectiva de gênero, o conceito de empoderamento, começou a ser utilizado por agências internacionais de cooperação, apresentando caráter polissêmico (para designar qualquer coisa que toma em conta as mulheres) (CRUZ, 2018, p 103).

Porém, o termo empoderamento nem sempre esteve relacionado a gênero. Segundo Antunes (2002) o conceito de empoderamento, surgiu nos anos 1970 com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos simultaneamente com o movimento negro como uma forma de autovalorização da raça e conquista da cidadania plena. Ainda na década de 70 o termo começou a ser utilizado pelos movimentos feministas no campo do desenvolvimento e dos movimentos sociais das mulheres (CRUZ, 2018).

O termo empoderamento, em inglês, empowerment, significam dar poder a permitir ou também autorizar. De modo conceitual, sigo a ideia de Freire do empoderamento, que talvez esteja associado à ideia da libertação do sujeito oprimido e a noção de conquista da liberdade. (FREIRE, 2011).

Nesse sentido Baquero 2012, traz o seguinte esclarecimento sobre o significado de empoderamento: O neologismo “empoderamento” está, no entanto, consignado no Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea das Ciências de Lisboa e registrado no Mordebe – Base de Dados Morfológica do Português. O termo é um anglicanismo que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder (BAQUERO, 2012, p. 174).

Voltando à ideia de Freire em relação a empowerment, o autor apresenta uma nova característica e faz uma ligação com o termo empoderamento de classe social. Nesse sentido, na compreensão freireana, o empoderamento não se trata de um processo de natureza individual, mas sim da autolibertação, ou seja, a libertação é uma ação social (FREIRE, 1986).

Nesse contexto, Gohn (2004), Edwards (1999) e Uphoff (1993), discutem que para a continuação de grupos excluídos ou das minorias é necessário a contribuição da sociedade civil, não só para garantir a sobrevivência desses grupos, mas também na inserção social, agindo

como mediador entre os grupos excluídos e o estado (governo), no sentido de empoderá-los, procurando influenciar o processo político geral.

O processo de empoderamento feminino inicia com o reconhecimento da ideologia que legitima a dominação masculina e compreende como esse sistema perpetua a opressão. (BATLIWALA, 1994).

Baquero (2012) entende que o termo empoderamento, primeiramente, foi utilizado, por movimentos sociais dos Estados Unidos da América, que buscavam pela emancipação dos excluídos e pela cidadania de grupos segregados, como negros, mulheres, homossexuais e pessoas com deficiência.

Segundo Freire (1986), o empoderamento passa a ser uma ação individual, fortalece-se no coletivo e se constitui como “um encontro dos humanos para refletirem sobre sua realidade tal como a fazem e refazem” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 123).

A situação da mulher expressa que a sociedade, por meio das instituições, da cultura, crenças e tradições, do processo educacional, da divisão social e sexual do trabalho, desenvolve uma relação entre homens e mulheres de assimetria, dominação e subjugação. Apesar das mudanças ocorridas, ainda existe, muitas mulheres que não podem tomar decisões sobre suas próprias vidas. (COSTA, 2006).

Nesse sentido Frota aborda o sentimento de posse que os homens sentem em relação a mulher, a figura de mulher e de mãe fica diluída na família, como propriedade do marido. Portanto, a masculinidade como expressão do indivíduo e propriedade é, como tal, fonte de poder, e se constitui na justificativa ontológica para o tratamento diferenciado entre homem e mulher no campo político e social, base de explicação da violência de gênero (FROTA, 2006, p. 219).

Nesta perspectiva, observa-se que o empoderamento é um processo em que as mulheres conseguem estabelecer a capacidade de decidir sobre suas próprias vidas, é um avanço na compreensão sobre elas mesmas, suas condições e sua atuação nas relações sociais.

Segundo Cruz (2018, p 106) É necessário entender que o processo de empoderamento das mulheres precisa manifestar uma nova concepção de poder, que proporcione formas de democracia e poder compartilhado, permitindo a construção de novos mecanismos de responsabilidade coletiva, da tomada de decisões e de responsabilidades.

Não obstante, León (1999), traz ao debate o empoderamento como sentimento e destaca que se não houver uma ligação com o meio e com as ações coletivas dentro de um contexto político, o empoderamento pode ser uma utopia, apenas um sentimento de empoderamento.

Atualmente, organizações internacionais e acordos entre os países recomendam a

necessidade de ampliar a presença das mulheres nos espaços de poder e de decisão, bem como programar ações que favoreçam a participação das mulheres em todos os setores, como, por exemplo, a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminações Contra a Mulher (CEDAW), as Conferências Internacionais do Cairo, Beijing, Durban, entre outras (BRAUNER, 2015).

Nesse sentido cabe destacar que o Brasil conta com alguns órgãos voltados para assuntos de gênero e para as mulheres, a saber, a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, criada em março de 2003 e vinculada ao ministério dos direitos humanos, a qual publicou o PNPM Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. O PNPM 2013-2015 foi um grande avanço no âmbito das políticas públicas para as mulheres, ele é formado através de elemento estrutural da configuração de um Estado democrático e contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres.

Oliveira (2013, p. 4), ressalta a necessidade de haver uma desconstrução do pensamento patriarcal e a construção de novos atos que veem o ser humano livre de preconceito.

Sabe-se que ante as marcas de discriminação e subalternidade existentes no universo feminino, o acesso à cidadania requer a desconstrução da supremacia do paradigma patriarcal e a elaboração de novas práticas, de um outro imaginário na vida cotidiana que conceba cada pessoa, independente, de gênero, raça/etnia e classe, como ser humano. Esse processo de desconstrução e construção trazem consigo a necessidade de sujeitos políticos protagonistas, defensores e praticantes dessa concepção e principalmente a ressignificação do espaço das mulheres, com visibilidade e poder. (OLIVEIRA, 2013, p. 4).

Diante disto Hofling (2001, p. 31) destaca que “As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.”

Nascimento (2016) enfatiza que as políticas públicas de gênero estão completamente incluídas no âmbito das políticas públicas sociais. As políticas sociais são “relativas à ação que tem um impacto direto no bem-estar dos cidadãos ao dotá-los de serviços ou renda”. (MARSHALL, 1967, p. 6).

Nessa perspectiva Boneti (2006) estabelece o seguinte conceito sobre políticas públicas: Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade

social e/ou de investimentos.(BONETI 2006, p. 74)

Reis (1989) aborda que as políticas públicas são ações do Estado direcionadas para determinados setores da sociedade, como saúde, educação etc, são realizadas através de programas, de ações e de projetos de amplo alcance, com metas, objetivos e estratégias bem definidas. Nesse sentido Política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos.

Nessa perspectiva Hofling (2001) destaca que políticas públicas são ações do governo com o objetivo de promover o desenvolvimento social, um conjunto de ações do governo que visam produzir efeitos específicos na vida dos cidadãos; na perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que os indivíduos, instituições, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores (HOFLING, 2001, p. 05).

Para Peters (1986) a política pública é a união das atividades dos governos, que atuam de forma direta ou por meio de delegação, e que influenciam e favorecem a vida dos cidadãos.

Percebe-se, pois, que as políticas públicas são as decisões de governo que afetam e influenciam a vida dos cidadãos. São os atos de governo que buscam garantir direitos sociais, atuando em áreas específicas (SILVA, 2015).

Políticas públicas, através das ações afirmativas possibilitam efetivação das ações do Estado no fomento do bem-estar e da cidadania assegurando igualdade de oportunidades e tratamento de todos e a provocação dos setores culturais com objetivo de aumentar as ações de inclusão social. Sendo essencial o entendimento de que os programas de ações como políticas públicas são meios que auxiliam na redução das desigualdades sociais. Nesse sentido é de “fundamental importância que se compreenda que os programas de ações afirmativas não como mecanismo fim e sim, como políticas públicas ou privadas que servem de meios direcionados na redução das desigualdades sociais” (NASCIMENTO, 2010, s/p).

Se políticas públicas são ações do estado que objetivam assegurar igualdade e oportunidade a todos nas diversas áreas, então o acesso à educação deve ser discutido como na realização dessas ações. Nesse contexto Oliveira enfatiza que: Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.” (OLIVEIRA, 2010, p. 4).

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 em sua mais nova formulação, garante e assegura que a educação é direito de todos e estabelece princípios de igualdade entre todos. Desse modo a educação deve incluir a todos visando a instrução profissional para atuação no mercado de trabalho, no exercício de uma cidadania plena. A lei garante a participação e inserção das mulheres no meio educacional, e em especial no meio acadêmico que, é “um direito conquistado por estas após várias reivindicações, por entendê-la como um instrumento importante e que influencia na formação, transformação e desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, da sociedade na qual nos inserimos.” (GOMES, 2013, p. 2).

Segundo Oliveira (2010), a escola é um espaço de ensino para todos os grupos sociais, garantida em suas condições mínimas de existência exigidas pelo Estado, esse espaço deve promover políticas públicas para a sociedade de forma que envolva servidores, professorares, comunidade, etc.

A educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas. Nesse sistema, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado (enquanto sociedade política que define o sistema através de políticas públicas). Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem (OLIVEIRA, 2010, p. 4)

Nesse sentido, nota-se que um dos objetivos de uma política pública é a erradicação das desigualdades sociais. Para Landerdahl et al. (2013) após avaliarem uma política pública cujo objetivo é a minimização das desigualdades de gênero observam resultados positivos “as marcas deixadas dizem respeito a algumas transformações na sua vida e saúde, oriundas da elevação da autoestima, da valorização e percepção de si como ser humano que tem direitos e que pode enfrentar o instituído”. (LANDERDAHL et. al. 2013, p. 311).

Para concluir, Farah (2004), descreve que o objetivo de analisar políticas públicas e programas governamentais através da perspectiva de gênero, pretende-se pesquisar até que ponto as iniciativas do Estado têm contribuído, para modificar ou melhorar esse padrão machista, profundamente arraigado na sociedade brasileira.

2.2 EMPODERAMENTO FEMININO

A desigualdade de gênero no Brasil é sedimentada em um sistema social patriarcal, herdado do período colonial, no qual os homens têm o poder e ditam as normas que regem as atividades coletivas e individuais (DELPHY, 2009). Tal estrutura condiciona os indivíduos a desempenharem certos papéis, destinando à mulher a situação de subordinação, que se perpetua por diversos espaços sociais, como família, religião e política (BASTOS et al., 2018). Por uma perspectiva feminista, o empoderamento é um dos elementos fundamentais para superar a subordinação feminina e alcançar a equidade de gênero (LISBOA, 2008).

Desde seu surgimento nas nações em desenvolvimento, entre as décadas de 1950 e 1960, a extensão rural visou à difusão de novos conhecimentos aos agricultores. Tais esforços, centrados em orientações técnicas e na disseminação de tecnologias, com o intuito de melhorar a agricultura, acabaram subestimando a atuação das mulheres rurais, ignorando as desigualdades de gênero encontradas nesse âmbito. Apenas a partir da década de 1960 em diante, em virtude do surgimento do livro *O papel da mulher no desenvolvimento econômico*, da economista Ester Boserup, na Dinamarca, as relações de gênero foram inclusas nas análises dos serviços de extensão voltados às áreas rurais (MEAS, 2013).

Em síntese, as relações de gênero referem-se a um complexo sistema de relações de dominação socialmente criadas e mantidas entre homens e mulheres, as quais não se referem às diferenças biológicas, mas sim às estruturas sociais e culturais determinantes do “ser homem” e do “ser mulher” em dados contextos espaço-temporais. A definição do ser homem e do ser mulher resulta, inicialmente, da divisão do trabalho, em que os homens conduzem as atividades de âmbito produtivo e as mulheres, as de âmbito reprodutivo. Nesse sentido, o gênero é uma construção sociológica, isto é, uma categoria de análise relacional, socialmente construída com o intuito de responder à necessidade de diferenciar os sexos biológicos por meio de suas funções sociais, distinguindo comportamentos femininos dos masculinos, sendo estes sustentados nas relações de poder vigentes nas sociedades (WB, 2003; WB; FAO; IFAD, 2012).

Em virtude disso, muitas dimensões da vida em sociedade são vivenciadas diferentemente por homens e mulheres. Nesse sentido, estes manifestam preferências, interesses e prioridades distintas; as desigualdades e diversidades enfrentadas sustentam-se no ser masculino ou feminino, os quais experienciam oportunidades, obstáculos e desafios diferentes, e são afetados, assim como contribuem diferentemente para o desenvolvimento socioeconômico (WB, 2003).

Contudo, sendo uma construção sociológica, a categoria gênero também é passível de desconstrução e reconstrução. Nesse âmbito, as ações de extensão voltadas ao desenvolvimento

de áreas rurais são consideradas de suma relevância. Cada vez mais, as relações de gênero vêm sendo observadas em orientações de organizações multilaterais de desenvolvimento como essenciais em termos de combate à pobreza, segurança alimentar e nutricional e produção agroecológica. Essas defendem a necessidade de envolvimento das relações de gênero em todas as ações de extensão direcionadas ao desenvolvimento de áreas rurais, sendo assim um elemento considerado “transversal” às mais variadas temáticas (IFAD, 2000; WB; FAO; IFAD, 2012; OXFAM, 2013).

As desigualdades de gênero costumam atrapalhar as estratégias de extensão e desenvolvimento em áreas rurais. A falha em reconhecer as diferentes funções dos homens e das mulheres rurais dissemina informações errôneas às ações de extensão e desenvolvimento, causando o seu insucesso (WB; FAO; IFAD, 2012).

Desse modo, as ações de extensão e desenvolvimento ainda não conseguem enfrentar os obstáculos à participação efetiva das mulheres rurais. Elas ainda têm dificuldades em influenciar as discussões sobre programas e projetos de agricultura. Até mesmo os serviços de extensão rural são estruturados em complexas relações de gênero, afetando sua capacidade. A extensão rural normalmente é baseada nas necessidades do sexo masculino, e é resultado de organizações dominadas por homens. Desse modo, os serviços de extensão rural deveriam trabalhar toda a família, em vez de somente algumas pessoas. Quando a interdependência sistêmica do trabalho das mulheres e dos homens rurais for explicitamente reconhecida, as ações de desenvolvimento surtirão mais efeito (GLOBAL DONOR PLATFORM FOR RURAL DEVELOPMENT, 2010).

Para o Banco Mundial (WB), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Ifad), considerar as mulheres nas ações de desenvolvimento, tentando minimizar as desigualdades de gênero, é de extrema relevância, sobretudo em áreas rurais em situação de miséria. Desconhecer ou desmerecer essas desigualdades é nocivo em termos sociais, dificultando a superação da pobreza. Embora muitas ações de desenvolvimento voltadas às áreas rurais consigam suscitar resultados exitosos, afetam negativamente às mulheres e às crianças, com o aumento da estratificação socioeconômica (WB; FAO; IFAD, 2012).

De acordo com a Plataforma de Doadores Globais para o Desenvolvimento Rural, condicionar melhorias à agricultura das mulheres é um dos meios mais relevantes de reduzir a pobreza (GLOBAL DONOR PLATFORM FOR RURAL DEVELOPMENT, 2010).

Não somente a pobreza constitui o maior fator de insegurança alimentar e nutricional, mas também as desigualdades de gênero presentes ao longo de toda a cadeia de produção de

alimentos, “desde a propriedade rural até o prato”, dificultam a obtenção destes. Maximizar o impacto do desenvolvimento sobre a segurança alimentar e nutricional implica reconhecer o papel das mulheres como agricultoras e como principais cuidadoras de suas famílias. A segurança alimentar e nutricional é uma meta fundamental do desenvolvimento em áreas rurais, sendo essencial em termos socioeconômicos (WB; FAO; IFAD, 2012).

De acordo com o IDS Knowledge Services (2012), gênero e segurança alimentar são temas entrelaçados. Assim, a solução da fome e a amenização das situações de pobreza envolvem um desafio ao atual modelo de desenvolvimento sustentado em desigualdades. Embora se tenha a consciência de que “as mulheres alimentam o mundo”, tendo em vista suas atividades como produtoras, processadoras, cozinheiras e servidoras de alimentos, tais papéis ainda são incompreendidos e, sobretudo, subestimados, já que elas ainda são, em muitas realidades, impedidas de controlar a terra, limitadas em seu acesso aos recursos e até aos mercados. Isso demonstra a existência de conflitos entre os gêneros, em que a pauta é o poder.

Para o Gfras (2012), se as mulheres tivessem o mesmo acesso que os homens aos recursos agrícolas, elas aumentariam a sua renda em 20 a 30%, ampliando a agricultura em suas nações em desenvolvimento em 2 a 4% e reduzindo o número de subnutridos no mundo de 12 a 17%. Por esse ângulo, as mulheres rurais são agentes sociais de extrema relevância à segurança alimentar e nutricional, sobretudo de famílias de agricultores empobrecidos (WB; FAO; IFAD, 2012).

Dessa maneira, não somente as ações dirigidas à redução da pobreza, mas também àquelas voltadas à segurança alimentar e nutricional realizadas no âmbito da extensão rural, serão muito mais eficazes se desafiarem as relações desiguais de poder entre os gêneros. Isso significa abordar as restrições em torno do acesso das mulheres aos recursos, as responsabilidades e as cargas de trabalho desiguais que perpetuam a pobreza, deixando-as, muitas vezes, exaustas e desnutridas. Significa mudar as atitudes e crenças de todos na sociedade sobre os papéis de gênero e relações de poder incluindo, sobretudo, os homens e, também, os meninos (IDS KNOWLEDGE SERVICES, 2012).

Não obstante, segundo o Gfras (2012), o acesso das mulheres a serviços de extensão eficazes, que abordem questões relacionadas ao combate à pobreza e à segurança alimentar e nutricional, aumentando seu conhecimento sobre sistemas agrícolas orientados a melhorias sustentáveis no cultivo de alimentos, também é de suma importância a esses objetivos.

Em concordância, nos últimos anos, também a produção agroecológica, relacionada à erradicação da pobreza e à segurança alimentar e nutricional, tem se consolidado como assunto de interesse das organizações multilaterais no que se refere ao desenvolvimento das áreas rurais,

enfatizando a relevância das mulheres nesse contexto. De acordo com a ONU (2010), a elevada diversificação e a reduzida utilização de insumos externos em relação à agricultura favorecem às mulheres rurais, tendo em vista as dificuldades comuns enfrentadas no acesso a determinados serviços. Desse modo, a agroecologia é determinante na segurança alimentar e nutricional das famílias rurais, consistindo em uma estratégia relevante no combate à pobreza (FAO, 2015).

Não obstante o acesso mais amplo das mulheres rurais no âmbito da agroecologia, os resultados não serão automáticos. Assim, as ações de desenvolvimento envolvendo a agroecologia só chegarão aos resultados imaginados se adotadas medidas direcionadas a este gênero (ONU, 2010). Portanto, o combate à pobreza e a garantia à segurança alimentar e nutricional somente serão alcançados se consideradas, nas ações de desenvolvimento, as relações de gênero em suas mais variadas dimensões, incluindo as relações com os recursos naturais (WB; FAO; IFAD, 2012).

Para a Oxfam (2013), as ações de extensão e desenvolvimento em áreas rurais devem levar em consideração as políticas gerais, o grau e a natureza da participação das mulheres, as tradições locais, o capital social e as relações domésticas, incluindo a divisão do trabalho relacionada ao gênero. É importante analisar esses fatores sob uma perspectiva de gênero, ao se projetar intervenções.

De acordo com o Ifad (2000), essa análise de gênero permite identificar e analisar, nos contextos rurais, os fatores que limitam ou facilitam a participação igualitária de homens e mulheres no desenvolvimento; quem faz o que no seio das famílias e comunidades; os recursos sobre os quais homens e mulheres têm acesso e controle; e as necessidades e prioridades de ambos os sexos. Juntas, essas variáveis são chamadas de “organização de gênero”, e são particulares ao contexto. Como as relações de gênero são um constructo social, elas podem ser alteradas. Assim, é responsabilidade dos extensionistas rurais, como agentes de desenvolvimento, apoiar a transformação das famílias e comunidades rurais visando construir sociedades mais democráticas e igualitárias. Os programas e projetos são instrumentos para a implementação de políticas públicas e criados para induzir ou reforçar processos de mudança. Embora as sociedades rurais sejam baseadas em tradições e costumes, estes eventualmente mudam com o passar do tempo. O mesmo é verdade para as relações de gênero. Logo, as ações de desenvolvimento rural devem assegurar a integração da perspectiva de gênero em todas as atividades, a fim de contribuir para a criação de uma sociedade mais equitativa.

É importante incorporar a perspectiva de gênero por meio de duas dimensões: a material e a ideológica. No desenvolvimento rural, a dimensão material refere-se a uma abordagem instrumental, que procura corrigir as iniquidades de gênero, enquanto a ideológica refere-se a

uma abordagem transformadora, que tenta solucionar as causas das desigualdades de gênero. Portanto, se os programas e projetos de desenvolvimento contribuem para mudar condições de vida das populações rurais, de modo substancial, eles devem abordar tanto a dimensão material quanto à ideológica (IFAD, 2000).

Batliwala (1997) destaca que o termo empoderamento contém, em si, a palavra poder, que pode ser entendido como o controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideológicos. O poder pertence a quem influencia a distribuição e aplicação destes recursos, sendo que quanto maior a quantidade controlada, maior é o poder do indivíduo (ou grupo). Logo, o empoderamento feminino pode ser compreendido como um desafio às relações de poder existentes e, mais do que isso, um esforço para obter maior controle sobre as fontes deste poder.

Rowlands (1995) ressalta a importância de considerar gênero, cor e outras formas de opressão em análises da distribuição do poder na sociedade. A autora evidencia também que o poder é tradicionalmente interpretado como uma relação de obediência e, se analisado sob a vertente de gênero, é comum se dar das mulheres em relação aos homens.

Assim, é um instrumento de dominação que pode ser usado para interferir nos mais diversos aspectos da vida das mulheres.

Ademais, o empoderamento pode ser entendido como um processo multidimensional (ROWLANDS, 1995; BATLIWALA, 1997; LEÓN, 2001), além de não linear, contextual e heterogêneo. Tal processo pode ser distinto entre as mulheres (ou grupos de mulheres), segundo suas experiências de vida e seus contextos cultural, histórico e socioeconômico (LEÓN, 2001).

Defende-se, ainda, que o processo deve suscitar do próprio grupo e não pode ser “dado” às mulheres por outro agente. Assim, uma política pública, como um Programa não é a origem do empoderamento, mas pode agir como catalisadora, criando ambiente de apoio e fortalecimento feminino (BERTH, 2019). Indispensável complementar que o empoderamento tem importantes aspectos individuais, como o processo de tomada de consciência, autonomia e autoestima, mas é indissociável de um processo coletivo que promova transformações no papel social da mulher a nível estrutural (ROWLANDS, 1995; BATLIWALA, 1995; LEÓN, 2001; BERTH, 2019).

No século XX, a polêmica da igualdade entre os gêneros tomou força nas ciências sociais. Os movimentos feministas e a grande inserção das mulheres no desenvolvimento da sociedade criaram circunstâncias para que fossem vistas com olhos mais propensos à uma nova perspectiva (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008).

O empoderamento de acordo com Batliwala (1994) são ações de assertividade individual até a resistência, protesto e mobilizações coletivas, que indagam as bases das relações

de poder. Tratando-se de pessoas agindo individualmente ou em grupo, cujo, acesso aos recursos e poder são determinados por classes. O empoderamento começa, não apenas, quando as mulheres reconhecem as forças que as oprimem, mas, no sentido de mudar as relações de poder existentes.

Conforme Costa (2012) o empoderamento é o meio que a sociedade encontrou para controlar seus próprios assuntos, tendo a fiel consciência de suas habilidades e competências para produzir e gerir. Batliwala (1994, p.130) reafirma que “o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos”.

Segundo Landerdahl et al (2013), o empoderamento feminino faz com que as mulheres se empoderem por meio de tomada de decisões coletivas, de mudanças e evoluções individuais. O empoderamento não pode ser fornecido pronto a outras pessoas, porque o empoderamento são conquistados por meio de processos e atitudes pessoais.

É válido destacar que o empoderamento é um processo contínuo e conflituoso, pois, envolve a busca de mudanças nas relações de poder já existentes. Para entender melhor o empoderamento, é importante ter a percepção de que não é um processo com começo e final definido, e não ocorre de forma igualitária para diferentes mulheres. O empoderamento varia conforme o indivíduo evolui, nos aspectos culturais, emocionais e locais (LEON, 2000).

A Entidade das Nações Unidas para igualdade de gênero e empoderamento das mulheres - ONU MULHERES (2016), incentiva o empoderamento feminino com o objetivo de inserir as mulheres em todos os níveis e atividades econômicas. O projeto condiciona que o empoderamento pode: construir economias fortes; estabelecer sociedades mais estáveis e justas; atingir objetivos ligados à sustentabilidade e direitos humanos reconhecidos internacionalmente; melhorar a qualidade de vida das pessoas e comunidades além de impulsionar operações de metas e negócios.

Os princípios atrelados ao empreendedorismo feminino possuem um conjunto de ponderações que ajudam o setor privado a se interligar nos indispensáveis elementos chaves para a promoção da igualdade entre homens e mulheres no local de trabalho, mercado e comunidade (ONU MULHER, 2016).

A intensificação do aparecimento das mulheres em cargos de alto nível dentro das organizações vem crescendo ano após ano, conquista após conquista ganhando destaque internacional. Mesmo sabendo que a batalha pelo reconhecimento do empoderamento feminino sobre os homens ainda está em evolução também nas organizações, o patriarcalismo vem gradativamente perdendo a força. As mudanças nos valores e no comportamento das mulheres

em relação ao seu papel social, fortalecidas com as ações dos grupos feministas, unidas a crescente queda de fecundidade, o aumento da escolaridade com o acesso em peso das mulheres às universidades, são fatores que inspiraram e motivam o acesso das mulheres nos cargos de destaque nas organizações (FONSECA, 1996).

Na última pesquisa realizada pelo Global Entrepreneurship Monitor – GEM Brasil (2015), a taxa total de empreendedorismo foi de 39,3%, estimando cerca de 52 milhões de brasileiros entre 18 e 64 anos estão envolvidos na manutenção ou criação de um negócio.

Ressalta-se que entre os empreendedores iniciais, a proporção de homens e mulheres é praticamente a mesma, 51% e 49% respectivamente. Entre os empreendedores estabelecidos, os homens são em maior número do que as mulheres, são 56% e 44%, respectivamente.

O empreendedorismo está altamente ligado ao empoderamento, principalmente social e econômico. Isso se confirma quando as mulheres se sentem satisfeitas ao desenvolver seu próprio negócio. Desse modo, salienta-se que o apoio e o incentivo às mulheres podem ajudar a criar e desenvolver atividades geradoras de renda e emprego sustentável, aumentar poupanças e investimentos familiares, melhorar o bem-estar social e econômico, levando em consideração a necessidade de eliminar todas as formas de discriminação e contribuir para um desenvolvimento humano sustentável (SAMUEL, 2014).

A escolha das mulheres em empreender como forma de inserção no mercado vem de encontro com a sua intenção de independência, estabilidade financeira e auto realização. Ser empreendedora para as mulheres é um desafio resultante em uma conquista (EVA, 2011).

As lutas das mulheres do campo no Brasil têm sido discutidas em vários estudos realizados por autoras (es) como Costa e Marin (2018), Paulilo (2016) e Schaff (2001). Essas lutas não são no sentido de buscar superar os homens, mas sim de alcançar pautas como a valorização de seu trabalho, igualdade de direitos, participação nas tomadas de decisões, direito de viver sem sofrer violência de gênero, criação e fortalecimento de políticas públicas específicas etc. Entre os resultados dessas lutas, pode-se citar a conquista do reconhecimento da profissão agricultora, a aposentadoria como trabalhadora rural e o salário maternidade rural, conquistas que as camponesas do campo tiveram papel importante (SCHAFF, 2001).

Historicamente, no campesinato, assim como acontece em outros campos sociais, a mulher é vítima da dominação masculina (COSTA, MARIN, 2018). Os trabalhos desenvolvidos pelas camponesas têm sido desvalorizados e invisibilizados. As mulheres costumam se envolver na produção destinada à comercialização, juntamente com outros membros da família, além de assumirem outras jornadas de trabalho, como o cuidado de filhos, da casa, e produção para o autoconsumo, geralmente com pouca, ou nenhuma, participação dos homens da casa

(PAULILO, 2016). O trabalho nas atividades percebidas como produtivas é, muitas vezes, considerado como ‘ajuda’ aos homens. Da mesma forma, os processos decisórios e o controle do dinheiro costumam ser centralizados na figura do marido ou pai, quando existe. Além disso, a violência de gênero no campesinato é intensa (COSTA, CAMARGO, NARVAZ, 2018). Dessa forma, historicamente essas situações contribuíram para prejudicar a autonomia das mulheres no campesinato.

O conceito de empoderamento utilizado nesse trabalho refere-se a perspectiva de Berth (2018) que tem como base o feminismo negro. Assim, entendemos que o empoderamento da mulher é um processo que envolve a sua tomada de consciência e o seu comprometimento pela transformação da sua vida e da sociedade, em busca de equidade de gênero.

2.3 MERCADOS INSTITUCIONAIS E EMPODERAMENTO FEMININO

A inserção da mulher em atividades empreendedoras tem crescido em todo o mundo, entre os fatores que movimentam essa inserção se destacam o crescimento e a disputa acirrada no mercado de trabalho, que passam a ser vividos por todos, sendo que as mulheres, sem dúvida, buscam igualar suas oportunidades e reconhecimento (HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2014)

No mercado agrícola brasileiro, a agricultura familiar assume um importante protagonismo, pois, de acordo com a Embrapa (2018), cerca de 70% do alimento que chega às mesas das famílias brasileiras são oriundos da produção dessa categoria social. No entanto, para alcançar o patamar atual produtivo, incluindo o devido reconhecimento e amparo do governo, a agricultura familiar passou por um longo período de lutas.

Os mercados institucionais têm conquistado espaços na agenda política do Brasil de forma crescente, espaços estes onde ocorrem trocas e tem como principal agente o Estado ou outra instituição pública, assumindo papel central por meio das compras públicas.

O processo de formulação e formalização de políticas públicas para a agricultura familiar teve sua gênese em decorrência de movimentos sindicais e pressões dos próprios agricultores, objetivando garantir inclusão e participação nos mercados comerciais e o fortalecimento da categoria agricultura familiar no contexto social brasileiro (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Tais fatores influenciaram na elaboração de políticas públicas, ações e programas que instituíram relações de proximidade entre as duas esferas: governo e as demandas agrárias. Nessa perspectiva, Hening e Santos (2016, p. 261) afirmam que “as políticas públicas se tornam instrumentos do governo para intervir em vários setores da economia e da sociedade, como exemplo podemos utilizar o caso da agricultura”.

Nessa perspectiva, os mercados institucionais começaram a ser discutidos como forma de fortalecer a agricultura familiar. A institucionalização desse mercado se constituiria num importante instrumento, quebrando o paradigma de que a agricultura familiar é essencialmente de subsistência.

Para Waquil, Miele e Shultz (2010), esses mercados agrícolas, além de fazerem com que os produtos cheguem ao consumidor final, também são formas de incluir agricultores que estariam à sombra da economia e não conseguiriam comercializar seus produtos sem uma política pública efetiva.

Para tanto, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, fomenta os vínculos comerciais entre agricultores familiares e órgãos públicos, que por meio de compras

de produtos locais abastecem organizações públicas (escolas, hospitais, presídios, redes socioassistenciais etc.).

O desenvolvimento desse programa só é possível pela participação e adesão dos municípios.

A principal finalidade do PAA é movimentar a economia local de produtos, possibilitando um aumento da renda das famílias rurais e a legitimação na vida social (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013).

Segundo Bojanic (2016), existem diferentes formas na execução das modalidades, tendo estas, diretrizes e regramentos desenvolvidos no intuito de aprimorar os procedimentos deixando-os mais transparentes e simplificados e a operação mais eficiente, e que tem em sua fundamentação um marco comum de pactuação, formalização e controle. A exemplo desse formato mais eficiente e transparente, está a modalidade Compra com Doação Simultânea, onde as parcerias do governo federal com as esferas estaduais e municipais, são constituídas por meio do Termo de Adesão.

A modalidade estudada nesse trabalho é a modalidade compra com Doação Simultânea, compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de Alimentos), e condições especiais rede pública e filantrópica de ensino.

A política das referidas modalidades, propõe promover a organização política, social e econômica dos agricultores, diminuir os custos produtivos e de comercialização. Assim como fortalecer as organizações dos produtores já formadas, no sentido de propiciar capitalização e profissionalização oferecendo condições favoráveis de concorrência em outros mercados (GRISA, 2012).

Destaca-se que o maior desempenho do PAA ficou concentrado na modalidade “Compra com Doação Simultânea” que opera com recursos do MDS. O êxito desta modalidade em relação as demais se dá pelo fato desta “[...] incentivar a diversificação de produtos, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada [...]” (Grisa et.al., 2011, p.36), como as hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros, dentre outros, obtidos direto do agricultor para serem entregues às entidades beneficiárias do programa.

Como destaca Siliprandi e Cintrão (2011, p. 21), “a modalidade de Compra com Doação Simultânea tem um grande potencial de ser “apropriada” pelas mulheres rurais, seja individualmente ou através de grupos produtivos”. Nesse sentido que destacamos a importância da participação da mulher nas políticas públicas voltadas para agricultura familiar.

Um diferencial dessa Política Pública é a criação da cota mínima (40%) para o gênero

feminino, estabelecido pela Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, sendo importante estratégia para ampliar a igualdade de gênero e para superar a invisibilidade das mulheres no contexto das Políticas Públicas, em particular no Programa de Aquisição de Alimentos. O Art. 5º determina a obrigatoriedade de participação de no mínimo 40% de mulheres no total de fornecedores/beneficiários, para que a associação ou cooperativa possa participar das operações feitas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta com Doação Simultânea, devendo também ser respeitados os demais critérios para a participação no PAA (BRASIL, 2011).

As mulheres assumem papel de destaque nos mercados institucionais, como o PAA, de tal forma que, a consolidação do trabalho e renda das mulheres no campo tem grande contribuição no fortalecimento da segurança alimentar de suas famílias, uma vez que “são elas as principais responsáveis pela manutenção da unidade familiar, assumindo o controle pelos hábitos alimentares da família” (ANDRADE, GOMES Jr, 2013, p. 398).

A geração de renda para as mulheres é um indicativo de melhoria da sua condição socioeconômica, autonomia econômica e da ampliação e potencialização da sua organização produtiva. Nesse sentido, as políticas governamentais assumem um importante papel de desenvolver ações que visem minimizar as desigualdades vivenciadas pelas mulheres e suas organizações produtivas, por meio da valorização e fortalecimento da integração e acesso ao PAA (RODRIGUEZ, 2010).

As possíveis mudanças decorrentes das Políticas Públicas para Agricultura Familiar, especificamente para as mulheres agricultoras que atuam e transitam nos diferentes meios do cotidiano, podem ocorrer nos aspectos produtivos, porém não no doméstico, assim como podem ser confirmadas no contexto comunitário por meio do envolvimento político, porém podem não se apresentar nas dinâmicas domésticas e produtivas. Nesse sentido, se concebe a complexidade da posição da mulher e de seu papel no mundo rural (TEDESCHI, 2004).

Tais conquistas resultaram de lutas do movimento social e de organizações sociais da agricultura familiar, pois, conforme Schneider (2003), a concepção de políticas públicas para o setor se deu após a intensificação desses movimentos, liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag), aliando-se aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e principalmente ao evento “Grito da Terra”.

As reivindicações foram direcionadas, sobretudo, para a problemática que tratava de terra, crédito rural e justiça social. Segundo Schneider, Schubert e Escher (2016), houve poucas pautas que focalizavam os assuntos relacionados aos mercados e às necessidades de atendimento de determinadas demandas dos consumidores.

Sendo assim, “o mercado institucional tem sido descrito como uma possibilidade de os governos atuarem no incentivo de determinadas atividades; principalmente, promovendo a inserção de atores sociais locais” (FORNAZIER; BELIK, 2019, p. 463). De acordo com Vogt (2009), esses mercados abrangem as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) em todas as suas realizações de compra de alimentos, configurando-se como oportunidade para o segmento em questão.

Institucionalizados por meio de programas federais, tais mercados geram efeitos positivos aos agricultores familiares. Assim, programas como o PAA e o PNAE induzem o poder público a desenvolver os próprios mecanismos de compras públicas, colaborando com a valorização da produção local/regional e ecológica/orgânica, promovendo ações de justiça social, equidade e qualificação dos produtos da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Quando associados, no que concerne à aquisição de alimentos, esses dois programas formam uma das maiores iniciativas de compras governamentais de alimentos produzidos por agricultores familiares do mundo.

REFERÊNCIAS

ALPERSTEDT, G. D.; FERREIRA, J. B.; SERAFIM, M. C. Empreendedorismo feminino: dificuldades relatadas em histórias de vida Revista de Ciências da Administração, v. 16, n. 40, p.222-234,2014.

AGRESTI, A.; FINLAY, B. Métodos estatísticos para as Ciências Sociais. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

BANCO MUNDIAL - WB. A questão de gênero no Brasil. Brasília: WB, 2003.

BANCO MUNDIAL - WB; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO - FAO; FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - IFAD. Manual sobre Género en Agricultura. Washington: Bird, 2012.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRANDÃO, C. R. O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FTD, 1990.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. O Brasil Sem Miséria. Brasília: MDS, 2014. Inclusão produtiva rural: apoio à produção rural. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-rural/apoio-a-producao-rural-1>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p. 205-27, 2004.

COSTA, M. G. S. G.; DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. Estudos de Psicologia, Natal, v.19, n.02, p. 145-154, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26132115007>>. Acesso em: 14 mai 2016.

CRAMER, L. et al. Representações Femininas da Ação Empreendedora: Uma Análise da Trajetória das Mulheres no Mundo dos Negócios. Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas 2012.

DEERE, C.; LÉON, M. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J.; DAYSE, M. (Orgs.). O progresso das mulheres rurais no Brasil. Brasília: Unifem, 2006. p. 102-31. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 14 mai 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2006. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2015. _____. Censo Demográfico 2010. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2015. Pecuária. 2014b. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431175&idtema=147&search=rio-grande-do-sul|manoel-viana|pecuaria2014>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - IFAD. Gender mainstreaming. La Paz: Ifad, 2000.

MAGALHAES, R. S. A “masculinização” da produção de leite. Revista de Economia, Administração e Sociologia Rural, v. 47, n. 1, p. 275-99, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032009000100010&script=sci_abstract>. Acesso em: 27 mar. 2016.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v.5, n.28, p. 64-70, 1987.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Orgs.). Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 153-91.

SILVA, C. B. de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). Gênero e geração em contextos rurais. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 183-207, 2010.

SILVA, C. M. V.; VALENTE, A. L. E. F. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.51, n.2, p. 387-99, abr./jun. 2013.

3. O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E O EMPODERAMENTO DE MULHERES NO NORDESTE PARAENSE.

3.1 INTRODUÇÃO:

No Brasil, a agricultura familiar tem uma representação significativa no meio rural, dado que segundo o Censo Agropecuário de 2017 esse segmento é responsável por cerca de 67% do pessoal ocupado no campo, o que representa mais de 10 milhões de pessoas, além de gerar aproximadamente 23% da riqueza produzida nas explorações agrícolas brasileiras, cercade 107 bilhões de reais.

Na Amazônia, a agricultura é um setor fundamental para a economia, sendo que cerca de 81% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como agricultura familiar, segundo o Censo Agropecuário de 2017.

A construção da categoria agricultura familiar não se deu sem conflitos e ainda hoje permanecem discussões e divergências de ideias sobre essa categoria. No entanto, cabe aqui descrever como foi o processo de construção e propagação desta identidade, uma vez que os agricultores familiares constituem o público-alvo do programa, objeto de estudo da presente pesquisa.

Segundo Picolotto (2014), a construção da categoria agricultura familiar foi desenvolvida por sujeitos diversos e com diferentes interesses, quais sejam: acadêmicos, Estado e organizações representantes dos agricultores de modo geral, o que reforça a ideia expressa anteriormente de não homogeneidade de interesses e nem tão pouco de passividade para essa oficialização.

O referido autor destaca que o reconhecimento da agricultura familiar no país tem se dado de três formas, a saber: pelo aumento de sua importância política que foi estimulada pelos atores que eram seus representantes, a exemplo da formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Por outro lado, tem-se o reconhecimento institucional, que foi fortalecido pela elaboração e implantação de políticas e programas para esse público, assim como pela criação da Lei da Agricultura Familiar, conforme mencionado anteriormente. E, por fim, pelo empenho em reverter as valorações negativas para valorações positivas; ou seja, os agricultores que eram considerados atrasados e ineficientes passam a ser enxergados como modernos e eficientes.

A agricultura de base familiar, por um longo período, ficou à margem das ações estatais, conforme demonstrado no tópico anterior. Essa categoria era considerada

“atrasada” e as funções desempenhadas pelos agricultores eram apontadas como complementares. Isto é, esses atores sociais estiveram invisíveis para o Estado e a sociedade civil por muitas décadas, sendo por muito tempo denominados por adjetivos que os estigmatizavam, como: pequenos produtores, inadaptados, ineficientes (PICOLOTTO, 2014).

Desse modo, as condições de vida dos pequenos agricultores e suas famílias eram precárias, com inúmeras limitações, pois não tinham ordenamento legal sobre a terra e a possibilidade de comercialização dos seus produtos era mínima, uma vez que os pequenos agricultores não possuíam vantagem competitiva em relação aos médios e grandes produtores. Além disso, não tinham acesso às tecnologias e maquinários avançados, o que reforçava a ideia de inadaptados ou atrasados. E, por fim, não possuíam acesso a crédito, o que impedia melhorias no seu modo de produção (QUEIROZ, 2009).

De acordo com Graziano dá a modernização da agricultura imposta pela lógica mercantil americana implicou no aumento da desigualdade social no campo, já que essas inovações tecnológicas não eram acessíveis a todos os segmentos de agricultores. Isto significa dizer que essa modernização privilegiou aqueles agricultores mais capitalizados e excluiu ainda mais aqueles pequenos produtores que não eram considerados modernos, principalmente, por não possuírem os recursos que atendessem as exigências atreladas à lógica capitalista (NETTO; MELO; MAIA, 2010).

Na perspectiva do referido autor, foi através de debates travados pelos diferentes atores (acadêmicos, movimentos sociais rurais), em fins da década de 1980 e no decorrer da década de 1990, que os pequenos produtores passaram a ser reconhecidos oficialmente enquanto categoria social, denominados como agricultores familiares. Para teóricos, como Abramovay (1998), a agricultura de base familiar não deve ser reconhecida enquanto categoria atrasada, nem tão pouco deve ser vista como constituída somente por sujeitos produtores, pelo contrário, a concepção que este autor possui dessa categoria é mais ampla, pois considera que a agricultura familiar possui vantagens econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Para o referido autor, a agricultura de base familiar é responsável pela única atividade econômica onde a gestão da produção e a mão de obra devem ser, majoritariamente, provenientes de pessoas que mantêm vínculos de parentesco.

Entretanto, diferentemente do que se propagou, a agricultura familiar e a pequena produção não devem ser consideradas como sinônimos, justamente pelas diferenças sociais, econômicas e culturais existentes em cada região do País, o que desmistifica

também a associação direta existente entre pobreza e agricultura familiar.

Sendo assim, a tese de Abramovay é a de que a agricultura familiar não deve ser compreendida como agricultura de pequena produção ou de sobrevivência, ao contrário do que se difundiu, deve ser entendida como categoria crucial para o desenvolvimento não somente territorial, mas do país como um todo. Nesse mesmo sentido, este autor salienta que “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1998, p. 22).

Em contrapartida, Picolotto (2014) apresenta informações acerca de estudos coordenados por Lamarche (1998), onde chegou-se à conclusão de que as unidades de produção familiar não são pertencentes somente aos agricultores familiares que se adaptam às exigências do mundo moderno, mas, também, os camponeses devem ser considerados como produtores familiares, mesmo mantendo o seu modo simples de produção. Segundo a autora, o que essas produções de base familiar têm em comum é justamente a gestão e produção feita pela família.

Diante do descrito, pode-se inferir sobre a diversidade de sujeitos e tipos de produção que estão inseridos no meio rural e generalizá-los pode ser um grande equívoco. Lamarche (1998), Picolotto (2014), assinala como resultado de suas pesquisas quatro modelos distintos de produção familiar, são eles: empresa, empresa familiar, agricultura camponesa ou de subsistência e agricultura familiar moderna; sendo que, no Brasil, predominam os dois últimos modelos.

Nesse sentido, segundo Abramovay (1998), o que diferencia o agricultor familiar do camponês é principalmente a sua integração ao mercado e a incorporação de tecnologias, tendo como característica comum a unidade de produção de base predominantemente familiar. Wanderley (1999), por sua vez, ressalta que o agricultor familiar não é uma categoria nova no meio rural. Ou seja, para ela, a sua origem é camponesa ainda que com novos elementos agregados ao seu modo de produzir e gerir o trabalho.

Picolotto (2014) contribui ainda com outros elementos que foram cruciais para a definição e oficialização da categoria agricultura familiar. Segundo o autor, um estudo realizado nas cinco regiões brasileiras, no ano de 1994, pela FAO/INCRA evidenciou a necessidade de clarificação dos tipos de estabelecimentos agropecuários brasileiros, dando origem aos seguintes modelos: modelo patronal e modelo familiar, sendo que este último foi subdividido em três tipos e tamanhos que diferenciaram as suas unidades produtivas,

conforme expõe Picolotto (2014, p. 71): No interior do modelo familiar foi feita ainda uma classificação em três tipos de unidades familiares de produção, a saber: familiar "consolidada" (com área de terra média de 50 ha); em "transição" (com área média de 8 ha); e "periférica" (com área média de 2 ha).

Esse documento trazia também a indicação de que, para a elaboração de políticas públicas, deveriam ser priorizadas as unidades de produção familiares em transição; pois, conforme constava no documento, aqueles agricultores caracterizados como consolidados não precisariam estar angariados por políticas públicas, justamente pelo fato de já se encontrarem estabilizados. Já as unidades agricultoras classificadas como "periféricas" careceriam de políticas sociais de combate à pobreza e não de outro de tipo de política. Sendo importante destacar que o principal programa voltado para a agricultura familiar no Brasil, PRONAF, considerou como público-alvo as unidades familiares em transição, conforme sugestão oriunda do estudo FAO/INCRA.

Apesar de sempre ter sido categoria crucial para o desenvolvimento econômico do País, a agricultura familiar somente ganhou expressividade recentemente principalmente em função dos Programas destinados a esse público, a exemplo do PRONAF, PAA e PNAE.

A luta travada pelos movimentos sociais rurais tem grande relevância para a mudança de postura do Estado em relação a agricultura de base familiar, que deixa de ser considerada como atrasada e irrelevante, passando a ser compreendida como impulsionadora do desenvolvimento econômico e social do país, principalmente, por sua expressiva produção de alimentos.

Embora tenha sido importante a união dos sindicatos sociais rurais no debate e luta pelo reconhecimento das necessidades particulares da categoria, ela também foi vista como algo complicado justamente por unificar em um mesmo sindicato trabalhadores rurais com propriedades e interesses totalmente divergentes. Logo, os conflitos de ideias e interesses se tornam ainda mais visíveis, culminando em novas lutas para o reconhecimento de cada categoria em função da sua especificidade.

Diante do que foi anteriormente explicitado, considera-se importante apresentar alguns marcos legais que oficializaram e fortaleceram a "nova categoria", designada como agricultura familiar, compreendida como aquela que é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora do trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1999).

Picolotto (2014) ressalta que, no ano de 1996, foi criado Programa Nacional da

Agricultura Familiar (PRONAF). Esse programa é a principal política voltada para os agricultores familiares, e parece ser um consenso de que ela foi oriunda do reconhecimento por parte do Estado das reivindicações feitas pelos movimentos sociais rurais que exigiam o reconhecimento das singularidades dos agricultores familiares.

Outra conquista foi a criação da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, considerando agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão-de-obra da própria família, com renda familiar originada dessas atividades e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, conforme dispõe a Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo 3º.

Nesse contexto, destaca-se o objeto de estudo deste trabalho, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003. Como já foi mencionado, esse programa tem estimulado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares; sendo que as evidências apontam que a presença das mulheres no programa tem permitido o aumento da variedade de produtos em nível nacional, com semelhanças e recorrências, mas também com variações que refletem a cultura e as potencialidades de produção de cada região (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2013). Além disso, o programa tem sido responsável por restaurar a policultura característica de um “modo de vida camponês” (ZIMMERMANN; FERREIRA, 2008, p. 63).

Pandolfo (2008) ressalta também que o PAA tem contribuído para a garantia de comercialização, alteração da matriz de produção e consumo e fortalecimento de suas organizações. Como observam muitos estudos, isto tem provocado alterações na autoestima dos agricultores e suas famílias, os quais se sentem estimulados à produção agropecuária.

Logo, o Programa pode ser considerado uma relevante política pública de incentivo à agricultura familiar e promoção do crescimento da produção e, conseqüentemente, com capacidade para promover o acesso à alimentação saudável e apropriada para os indivíduos vulneráveis.

A ampliação de estudos e pesquisas sobre a relação da mulher que vive no campo com a políticas publicas a elas destinadas se configura como um tema emergente no meio academico. O presente trabalho de dissertação busca trazer, como tema central de seu debate , reflexões que abordam os desafios para o empoderamento da mulher que vive nas comunidades rurais a respeito da politica publica do Programa de Aquisição de Alimentos

(PAA), porquanto a relação da mulher com o espaço público e as políticas que nele se constroem suscintam polémica por estar circunscrita a um tecido social marcado por relações históricas de desigualdade de gênero, raça e classe.

As pesquisas e os estudos científicos sobre gênero na sociedade rural brasileira demonstram as desigualdades sociais, econômicas e políticas vividas pela mulher agricultora. Segundo Brumer (2004), as mulheres nas localidades rurais continuam a ocupar um plano secundário quando analisamos a sua participação em transições econômicas, na gestão de conta bancária, no recebimento de herança, na capacitação tecnológica, na participação em associações e cooperativas de produtores, etc.

Amotivação para a limitação geográfica da presente pesquisa encontra-se relacionada a duas questões, uma delas vinculá-se à atuação profissional da pesquisadora junto as mulheres agricultoras dos municípios do Nordeste Paraense, municípios da realização da pesquisa: Capanema, Nova Timboteua, Salinópolis, São João de Pirabas, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo e Tracuateua.

Em 2012, pude participar do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM) nos municípios de Augusto Correa, Tracuateua, Bragança e Viseu.

No período que correspondeu de 2012 a 2016, como técnica agropecuária, tive a oportunidade de poder acompanhar 150 famílias nesses municípios, as famílias eram cadastradas no CadÚnico, e as famílias que não eram cadastradas no CadÚnico eram feitas as buscas ativas para que pudessem ser inseridas e poder participar do projeto, e ter perfil do programa.

As atividades desenvolvidas com as famílias foram as seguintes:

- Seleção e mobilização das famílias; Elaboração de diagnóstico; Elaboração do projeto de estruturação produtiva; cursos e oficinas com temáticas diversas como: Gestão de Propriedades, Práticas Sustentáveis e Políticas Públicas entre outros; Acompanhando e Orientando tecnicamente as famílias atendidas do projeto.
- Condução na orientação das condições para as famílias receberem o Fomento Produtivo que proporcionou uma reunião com as famílias para elaborar e implantar projetos diversos de estruturação produtiva; para 150 famílias de Agricultores familiares.
- Encaminhamento para o CadÚnico do município as famílias que necessitavam de NIS, (Número de Identificação Social), posteriormente essas famílias receberam o benefício do Bolsa Família, articulou perante aos órgãos competentes a Emissão de DAP para essas famílias, prestando orientações para inclusão social das famílias atendidas;

- O PBSM incentivava a participação das mulheres e jovens no projeto, e a equipe técnica sensibilizava e articulava para inserção das mulheres e jovens nas atividades do projeto.

Em 2017, assumir a coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos do Município de Santa Luzia do Pará, coordenei o Programa no período de 2017 a 2020, O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), também conhecido como Compra Direta, prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação as entidades socioassistencias que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Sensibiliza e articula a inserção das mulheres e jovens nas vilas e agrovilas do município. o PAA possibilitou um arranjo inovador no ambiente das políticas públicas.

Quando assumir a coordenação tinham cadastrados 40 agricultores familiares, dentre os 40, apenas 1 mulher, 3 entidades que recebiam os produtos diretamente da agricultura familiar, todos agricultores possuía a DAP, muitas estavam desatualizadas, foi preciso uma força tarefa para atualizar para que os produtores pudessem participar da execução, sendo que o município estava desde 2014 sem executar o programa, minhas inquietações fez com que eu pudesse investigar o porque que o programa não funcionava no município, e o porque de tantas irregularidades, pois diante de estudar a situação, conversar com os agricultores, pude entender o real motivo da não operacionalização do programa.

Ao assumir a coordenação do programa em 2017, me dirigi até a SEASTER, para saber a real situação do programa, e descobri que no município, o programa não tinha sucesso, inclusive o município estaria na lista de corte para não executar mais o PAA. Então todas essas problemáticas em torno do Programa, me inquietaram, e resolvi, estudar com propriedade a situação da não execução com responsabilidade, e não foi surpresa quando constatei que o programa não funcionava pelo fato de não ter pessoas qualificadas e com conhecimentos técnicos do PAA, o programa na sua execução não é tão simples de coordenar, pois exige conhecimento sobre a legislação, perfil do público fornecedor e consumidor, prestações de contas, saber utilizar os instrumentais que conduz para o sucesso eficaz do PAA, no final de 2020, quando entreguei a coordenação, já tinha 150 agricultores cadastrados, sendo que 40% eram mulheres, cumprindo a cota mínima estabelecida pela Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011,

Como coordenadora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Santa Luzia do Pará, tive a oportunidade de vivenciar de perto a importância desse programa para o fortalecimento da agricultura familiar e para o combate à fome e à

pobreza.

Em primeiro lugar, o trabalho que desenvolvi permitiu que os agricultores familiares tivessem acesso a novos mercados para a venda de seus produtos, o que ajudou a promover o desenvolvimento econômico local e regional. Além disso, o programa permitiu que as pessoas pudessem ter uma alimentação mais saudável, uma vez que os alimentos são adquiridos diretamente dos produtores, sem intermediários que elevam os preços.

Como responsável pela execução do programa no município, pude acompanhar todo o processo, desde a seleção dos agricultores até a distribuição dos alimentos. O trabalho envolveu o cadastramento dos produtores, aquisição dos alimentos, transporte até o local de distribuição e acompanhamento da entrega.

Além dos benefícios sociais e econômicos para os agricultores familiares, que obtêm uma renda mais justa pela venda dos seus produtos, o PAA também contribui para a melhoria da qualidade da alimentação das pessoas assistidas e para o fortalecimento da agricultura familiar como um todo.

Outro fator que me traz satisfação pessoal é poder contribuir, sendo agente de transformação na melhoria da qualidade de vida das agricultoras e agricultores familiares. Como técnica agropecuária, pude orientá-los em relação às melhores práticas para o cultivo de suas lavouras e criação de animais, o que pode resultar em produtos de melhor qualidade e com maior valor agregado. Como assistente social, tive a oportunidade de trabalhar para reduzir as desigualdades sociais no campo, ajudando a garantir que os agricultores familiares tivessem acesso a políticas públicas que lhes permitiu melhorar suas condições de vida e trabalho.

Foi gratificante perceber a transformação real que o programa trouxe para a vida dos agricultores, que passaram a ter mais segurança financeira e a ter suas produções valorizadas. Ao mesmo tempo, vimos a alegria e a gratidão das pessoas beneficiadas com a entrega dos alimentos frescos e saudáveis. Em resumo, minha experiência como coordenadora do PAA no município de Santa Luzia do Pará me mostrou o quanto esse programa é importante e necessário para o desenvolvimento agrícola e social do nosso país. Essa é uma tarefa gratificante, que me faz sentir realizada pessoalmente e profissionalmente. Fica claro que, quando o governo investe na agricultura familiar, toda a sociedade sai ganhando.

A outra motivação ocorreu pelo fato de estudar com propriedade o programa e compreender a sua operacionalização e execução, e seu desenho inovador de fortalecer a

segurança alimentar e fomentar a comercialização de alimentos da agricultura familiar.

A partir da revisão bibliográfica sobre o PAA, conheci o estudo de Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão na ocasião da publicação de comemoração aos 10 anos do programa em 2013. Nele, as autoras fizeram um levantamento nacional da modalidade compra com doação simultânea¹, que era a mais expressiva em termos de participação feminina e que operava em todo país. Os estudos de casos apontaram que, embora seja bastante significativa a inclusão de produtos “da esfera feminina” no programa, o percentual de mulheres formalmente registradas como fornecedoras, ou seja, o percentual de nomes e CPFs de mulheres titulares de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) nos contratos estão aquém da quantidade de força de trabalho feminina empregada na sua produção (Siliprandi e Cintrão, 2011, p.172).

Interessa a essa pesquisa analisar particularmente as possibilidades de empoderamento das mulheres envolvidas em uma política pública de comercialização de produtos agrícolas em localidades rurais dos municípios citados.

Nossa pesquisa procurou analisar se o PAA tem possibilitado a implementação do novo habitus de gênero, oportunizando o empoderamento da mulher no âmbito da comercialização dos seus produtos aos mercados institucionais.

O objetivo principal desse estudo é Analisar o desempenho do PAA e suas repercussões no empoderamento das mulheres agricultoras no Nordeste Paraense.

Os objetivos específicos que nortearam esse estudo foram:

1. Analisar o papel do PAA na autonomia financeira das mulheres rurais.
2. Verificar a participação das mulheres rurais nas decisões relacionadas à comercialização de alimentos no âmbito do PAA.
3. Avaliar os impactos do programa no empoderamento das mulheres rurais.

Para responder a esta questão problematizada, duas hipóteses foram elaboradas.

A primeira hipótese repousa sobre a perspectiva que O Programa de Aquisição de Alimentos tem proporcionado maior autonomia financeira para as mulheres rurais no Nordeste Paraense. Já a segunda hipótese se a participação no PAA tem contribuído para o fortalecimento da autoestima e do empoderamento das mulheres rurais no Nordeste Paraense.

Esta pesquisa, se justifica pela contribuição nos debates acadêmicos e ampliação de conhecimentos voltados para Políticas Públicas direcionadas a Agricultura Familiar, assim como, se faz necessário verificar a execução dessas políticas e monitorar se os objetivos estão sendo de fato vivenciados na prática.

O trabalho pretende, dentro de uma perspectiva que envolve teoria e experiências empíricas, enriquecer o debate sobre a questão de gênero nos sistemas de organização produtiva e nos espaços de comercialização, considerando os valores e contravalores impostos a homens e mulheres no contexto produtivo e econômico.

A discussão teórica se dá envolvendo as responsabilidades atribuídas as mulheres nos espaços de vivência doméstica, produtivo e público no que tange as relações comerciais dos seus produtos e participação nas Políticas Públicas, objetivando compreender os conceitos, suas trajetórias e experiências. Nesse sentido as principais categorias que auxiliam na compreensão do problema e suas implicações são: Políticas Públicas, gênero, empoderamento, mercados institucionais.

O ponto de partida para a compreensão das categorias de análise é promover a reflexão sobre aspectos da implementação de Políticas Públicas, considerando como sujeitos as mulheres rurais. Nesse sentido, a compreensão se propõe a discorrer sobre as diversas nuances na construção e implementação dessas políticas, seus avanços e retrocessos, apresentando os preceitos pautadas na construção da autonomia das mulheres.

As Políticas Públicas serão abordadas no trabalho, na perspectiva do conceito proposto por Farah (2004), entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Assim como, serão analisadas com recorte de gênero “que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres” (p. 51).

No contexto de Políticas Públicas de gênero pretende-se verificar em que medida as ações do Estado têm contribuído para a conquista da autonomia e reconhecimento das mulheres rurais. A percepção do termo gênero se apresenta neste trabalho de acordo com defendido por Scott (1995, p.86) como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Nesse sentido, o gênero precisa ser pensado dentro das relações plurais que levam a subordinação e também como uma manifestação de relação de poder entre homens e mulheres e acesso diferenciado aos recursos materiais da sociedade.

Historicamente, as mulheres foram vítimas de uma sociedade desigual, assumindo lugares de inferioridade amparadas por um sistema social opressor e muitas vezes invisível, enraizado na vida social por uma cultura machista e patriarcal. Assim, apropria-se desta definição de gênero como uma categoria de análise no sentido de entender as relações produtivas e econômicas vivenciadas pelas mulheres rurais pesquisadas (SCOTT, 1995).

No que se refere ao empoderamento de mulheres, o diálogo se desenvolve a partir do processo da conquista de autonomia, o que resulta na liberdade das mulheres dos vínculos históricos de opressão de gênero e patriarcado. Nesse sentido, a definição de empoderamento se aproxima a noção de autonomia, referindo-se “à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas—política, econômica, cultural, psicológica, entre outras” (HOROCHOVSK; MEIRELLES, 2007, p.486).

Para analisar a condição das mulheres rurais, no que se refere a autonomia, apropria-se do conceito defendido Garcia et al. (2013) ao conceber autonomia como “a capacidade de gerenciar o próprio destino, rompendo com a intrincada rede de relações na qual ocupa uma condição subalterna, sempre barganhando pelo reconhecimento dos direitos elementares, como de ter voz ativa nas decisões, integridade física e mobilidade de ir e vir” (p. 253).

A participação nos canais de comercialização pode implicar direta e indiretamente na promoção da autonomia como afirmam Siliprandi e Cintrão (2011), ao destacarem que políticas estatais de fortalecimento das organizações produtivas de mulheres rurais promovem a autonomia econômica das mulheres, além de incentivar “troca de informações, de conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária” (p. 02).

Com o resultado desta pesquisa, sugere-se que essas discussões possam alcançar a agenda governamental a fim de que haja uma narrativa para a construção de políticas públicas que alcancem as dificuldades presentes na aplicabilidade dos programas institucionais, no contexto da agricultora rural.

3.2 METODOLOGIA

A escolha da área da pesquisa, surgiu a partir do levantamento de informações referente a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, vinculado à Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER). Ao dispor dos dados, utilizando como parâmetro a inscrição no programa no período de 2012 a 2021 e a localização das fornecedoras beneficiárias, assim intitulados, foi possível identificar, a distribuição das agricultoras familiares, nos municípios de Capanema, Nova Timboteua, Salinópolis, São João de Pirabas, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo e Tracuateua.

Capanema é um município localizado a cerca de 160 km de Belém. Sua economia é baseada principalmente na agricultura, com destaque para a produção de mandioca, milho e banana. Em 2020, sua população estimada era de 68.307 habitantes. Segundo dados do IBGE de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Capanema era de 0,605, considerado médio.

Nova Timboteua é um município relativamente novo localizado a cerca de 130 km de Belém. Sua economia é baseada principalmente na agricultura e na pecuária, com destaque para a produção de arroz, mandioca e gado bovino. Em 2020, sua população estimada era de 11.152 habitantes. Segundo dados do IBGE de 2010, o IDH-M de Nova Timboteua era de 0,527, considerado baixo.

Salinópolis é um município litorâneo localizado a cerca de 220 km de Belém. Sua economia é baseada principalmente no turismo, com destaque para suas praias e balneários. Em 2020, sua população estimada era de 42.320 habitantes. Segundo dados do IBGE de 2010, o IDH-M de Salinópolis era de 0,625, considerado médio.

São João de Pirabas é um município litorâneo localizado a cerca de 160 km de Belém. Sua economia é baseada principalmente na agricultura e na pesca, com destaque para a produção de açaí e camarão. Em 2020, sua população estimada era de 24.778 habitantes. Segundo dados do IBGE de 2010, o IDH-M de São João de Pirabas era de 0,557, considerado baixo.

Santa Luzia do Pará é um município localizado a cerca de 180 km de Belém. Sua economia é baseada principalmente na agricultura e na pecuária, com destaque para a produção de arroz, mandioca e gado bovino. Em 2020, sua população estimada era de 20.437 habitantes. Segundo dados do IBGE de 2010, o IDH-M de Santa Luzia do Pará era de 0,601, considerado médio.

Santarém Novo é um município localizado a cerca de 140 km de Belém. Sua economia é baseada principalmente na agricultura e na pecuária, com destaque para a produção de arroz, mandioca e gado bovino. Em 2020, sua população estimada era de 16.557 habitantes. Segundo dados do IBGE de 2010, o IDH-M de Santarém Novo era de 0,579, considerado médio.

Tracuateua é um município localizado a cerca de 150 km de Belém. Sua economia é baseada principalmente na agricultura e na pecuária, com destaque para a produção de mandioca, milho e gado bovino. Em 2020, sua população estimada era de 19.274 habitantes. Segundo dados do IBGE de 2010, o IDH-M de Tracuateua era de 0,558, considerado baixo.

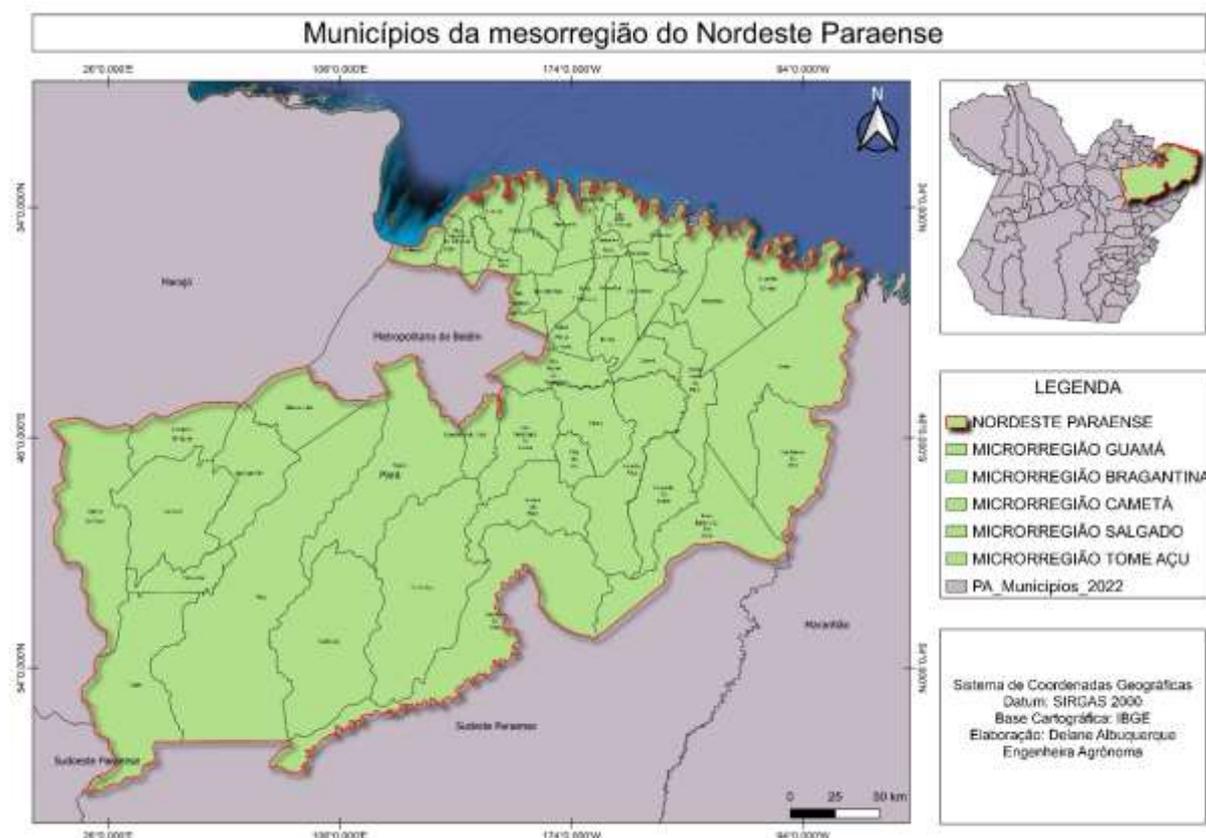
O levantamento de campo foi realizado entre Abril e Maio de 2023, por meio de entrevistas com

agricultoras familiares residentes nos municípios citados, foram entrevistadas 34 produtoras por meio de questionários semiestruturados divididos em 3 blocos: Bloco 1 – Perfil socioeconômico; Bloco 2 – Sistema de produção e comercialização; Bloco 3 – Perfil Empreendedor.

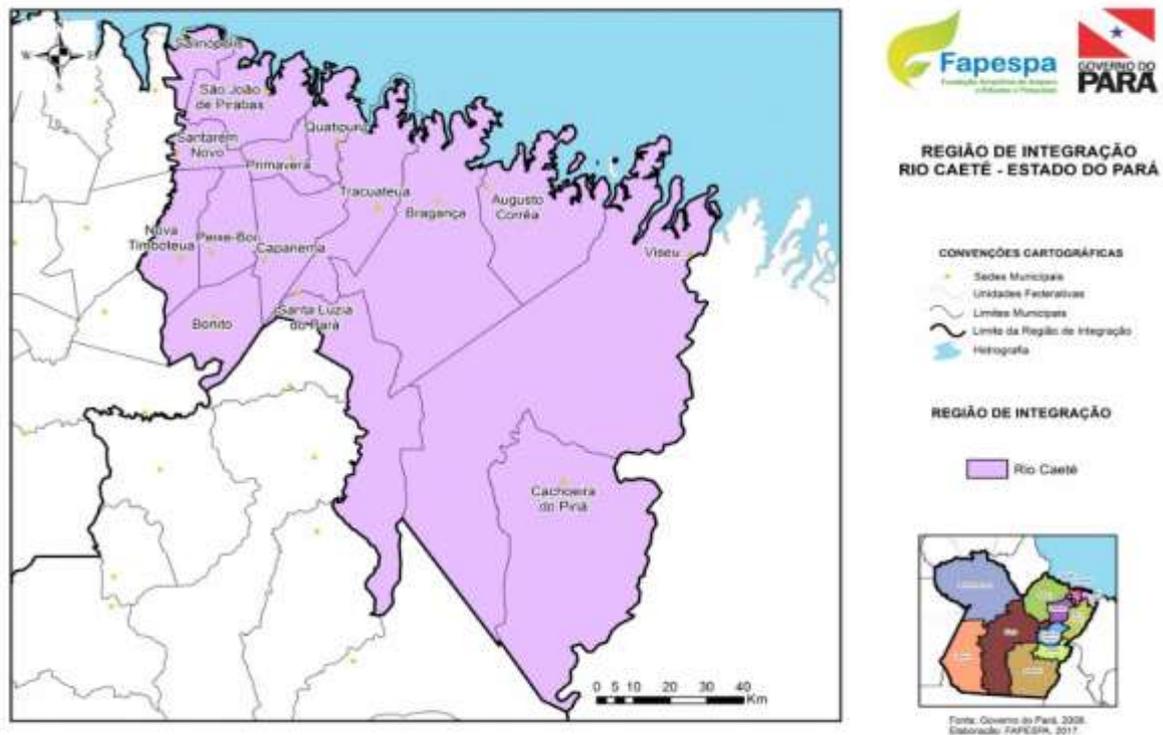
A avaliação do empoderamento feminino tomou como referência os cinco “domínios de empoderamento” (5DE) sub-índice do Índice de Empoderamento das Mulheres na Agricultura (WEAI), são eles: Decisões sobre produção; Acesso e poder de decisão sobre os recursos produtivos; controle sobre o uso da renda; liderança na comunidade e alocação de tempo (ALKIRE et al.; 2013). Estes 5 domínios foram adaptados e incorporados ao questionário.

Quanto ao perfil empreendedor utilizou-se como referência o trabalho de Gomes (2006), que avalia o perfil empreendedor da mulher por meio de 5 dimensões: (i) necessidades pessoais; (ii) habilidades e conhecimento sobre o negócio; (iii) habilidades e conhecimentos gerenciais; (iv) habilidades e conhecimentos técnicos; e (v) habilidade de relacionamento interpessoal, cada uma destas dimensões possui um conjunto de atributos que caracterizam o empreendedor.

Caracterização do Local da Pesquisa: Área Territorial¹: 83.316,02 km² , População Estimada²: 1.635.583 pessoas; Atividades Econômicas³: Agricultura, Pecuária, Extrativismo – Indústria – Comércio e Prestação de Serviços. Fonte: IBGE, estimativa 2005. Área: Arquivos de Densidade (IBGE 1996).



Fonte: Delane Albuquerque, 2023



Fonte: Sedap 2021

A presente pesquisa buscou-se investigar as mulheres rurais e sua unidade familiar. O trabalho partiu de um aprofundamento teórico nas Ciências Sociais, Ciência Política e Sociologia Rural, que nortearam as diretrizes da presente dissertação. Buscou-se nos estudos e pesquisas de diversos autores, o entendimento e a apreensão de conceitos e teorias com a finalidade de se compreender os modos de vida das mulheres das comunidades rurais, bem como suas ações são por ele influenciadas, na vida em sociedade, na perspectivas sociais, políticas, econômicas e culturais.

Segundo Gil (2008), o conceito de pesquisa tem o sentido de indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade, e que a pesquisa científica, por sua vez, deve ser vista como um processo na obtenção de respostas para problemas, mediante a utilização de procedimentos científicos; cabendo ao pesquisador definir o melhor modelo para obtenção e análise dos dados.

Assim, a pesquisa foi de natureza quanti-qualitativa, considerando a complementariedade das duas abordagens. Para Richardson (1989), a pesquisa quantitativa busca, por meio de dados censitários e documentais, obter uma visão global da realidade física, social, econômica e política do território em estudo. Já a qualitativa, segundo Paulilo (1999), trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões, buscando-se adequar

e aprofundar sobre a complexidade dos fatos e processos, particulares a indivíduos e grupos. Minayo (2012) complementa, dizendo se tratar daquelas metodologias capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Desse modo, os dois enfoques se complementam, sendo possível o uso simultâneo dos métodos de pesquisa descritos acima, ressaltando-se a particularidades e potencialidades de cada um deles. Segundo Alencar (1999), os métodos de natureza quantitativa permitem generalizações, por envolverem maior número de entrevistados, enquanto os de natureza qualitativa proporcionam estudos aprofundados, com maior detalhamento de situações específicas, o que permite evitar as generalizações indesejadas.

Para que fosse realizada a verificação empírica, foi feito a priori um trabalho de definições de variáveis, relacionadas aos fenômenos a serem observados nesta pesquisa.

Considerando que na pesquisa social muitos conceitos ou variáveis utilizados nos levantamentos sociais são empíricos, por exemplo: a idade, nível de escolaridade, e os rendimentos, enquanto existem outros fatos ou fenômenos, não são passíveis de observação imediata e nem tão pouco de mensuração, cabendo ao pesquisador nestes casos, operacionalizar essas variáveis, tornando-as passíveis de observação empírica e de mensuração. Por exemplo as variáveis que envolvem inúmeras dimensões, como as perspectivas econômicas, educacionais e ocupacionais, a partir dos indicadores, possibilita-se a medição, estabelecendo assim o valor da variável (GIL, 1991).

A coleta e tratamento dos dados ocorreram em três fases. Sendo a primeira, a revisão de literatura e levantamento de dados secundários, explorando as teses, dissertações, artigos e demais publicações que pudessem subsidiar para o melhor entendimento e tratamento do tema estudado, assim como consultas nos sites PAA Data, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O segundo momento, pesquisa de campo, a investigação dessa pesquisa, com foco no problema apresentado, foi desenvolvida com base na metodologia da pesquisa social e utilizou-se de questionários e entrevistas como instrumento de coleta de dados e estes ao final da realização da pesquisa de campo, receberam tratamento estatístico. Assim, a investigação científica se deu por meio de métodos fundamentados em bases lógicas e técnicas.

Na terceira fase da pesquisa, de posse dos dados primários (coletados a partir das entrevistas), utilizou-se o Microsoft Excel para decomposição do texto transcrito em unidades de significação, contendo a identificação das emissoras (mulheres agricultoras), as falas

significativas, temas questionados nas entrevistas e as inferências da pesquisadora. A partir do referido programa, foi possível organizar gráficos e tabelas para descrever e analisar os resultados da pesquisa.

As ciências empíricas tratam de fatos e processos, portanto, elas necessitam de experimentação ou de observação para confirmar suas conjecturas. A Sociologia se classifica nesta perspectiva, portanto ela é tomada aqui como uma ciência empírica, classificada no grupo das ciências humanas e trata das manifestações e construções humanas, tais como: sentimentos, ideologias, normas, etc.; enfim, estuda o comportamento humano (GIL, 1991). O método utilizado no estudo é o método sociológico, baseado nas diretrizes do método observacional, com procedimentos de natureza sensorial, onde ver e escutar constitui o método fundamental da investigação nas ciências empíricas. Este método, sendo cuidadosamente planejado e realizado com controle e rigidez, conduz a resultados quase tão precisos quanto aqueles obtidos mediante experimentação (GIL, 1991).

Sendo assim a modalidade de investigação sociológica foi a escolhida para responder as questões dessa pesquisa que envolve relações de empoderamento, gênero e participação da política pública do PAA, buscando compreender se a participação da mulher na política pública influencia as relações de poder, estabelecidas entre homens e mulheres nos espaços públicos dos sete Municípios do Nordeste Paraense, objeto deste estudo. A fim de analisar o objeto dessa pesquisa a nossa primeira fonte de informação foi à equipe da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), na pessoa da Diretora, da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional, (DISAN), onde o PAA é coordenado Estadualmente. Mediante ofício enviado a DISAN, solicitando o relatório de execução do PAA, nos períodos de 2012 a 2021, tivemos acesso as beneficiárias fornecedoras do PAA. Foi feita a filtragem por municípios e a seleção das mulheres para a aplicação da entrevista através dos questionários.

No prosseguir do trabalho, estratégia de abordagem e interação foram estabelecidas, dentre elas ressaltamos o contato inicial com os coordenadores do PAA municipal e secretários de agricultura, explicamos o objetivo da pesquisa e sua relevância e, com isto, o coordenador e secretários tornou-se um facilitador fornecendo orientações, localizações e contatos das beneficiárias. Sendo assim, deu-se início a aplicação dos questionários com as beneficiárias do PAA, nos municípios de: Capanema, Nova Timboteua, Salinópolis, São João de Pirabas, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo e Tracuateua.

Essa pesquisa teve como unidade de análise a família rural, focando-se prioritariamente na mulher agricultora. A fonte secundária que norteou a pesquisa foram as propostas de participação- Modalidade Doação Simultânea do PAA, homologadas entre os períodos e 2012

a 2021, documento pertencente aos diversos relatórios da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER). Na sequência desse trabalho adotou-se a entrevista através de ligações e vídeos chamadas feitas pelo Whatsapp, não tivemos a oportunidade de ir in loco pela falta de logística, no caso transporte.

Os instrumentos de coletas de dados utilizados no presente trabalho de pesquisa foram questionários e entrevistas, semi-estruturadas, com perguntas abertas e fechadas, estes foram aplicados através de chamada de vídeo pelo aplicativo whatsapp. Buscou-se, na elaboração dos questionários traduzir os objetivos da pesquisa em questão, sendo que a descrição do questionário segue a baixo:

O questionário foi elaborado e organizado em três blocos, sendo aplicados as mulheres beneficiárias do PAA, participaram dessa modalidade de pesquisa, 34 mulheres.

O primeiro Bloco de perguntas é sobre o Perfil Socioeconômico, que traduzem a identificação e dados pessoais da entrevistada, com um rol de quatorze perguntas que remetem a detalhes que identificam a pessoa entrevistada: nome, idade, naturalidade, estado civil, comunidade que reside, grau de instrução, número de filhos, número de membros da família, quantos moram na residência, renda familiar, quantas pessoas contribuem com a renda, possui outra atividade remunerada, ocupação do conjuge, renda complementar as atividades produtivas.

O segundo Bloco é sobre o Sistema de Produção e Comercialização, nesse bloco tem um rol de onze perguntas: área total da unidade de produção, se possui roçado, sempre trabalhou na agricultura, em nome de quem está a propriedade, as principais fontes de renda da unidade de produção, a atividade produtiva é realizada apenas com a mão de obra da família, atividades produtivas que desenvolve na unidade de produção, se considera ter participação na tomada de decisão sobre o que vai produzir, recebe assistência técnica, como avalia o programa de aquisição de alimentos, a participação no programa trouxe modificações em sua vida no cotidiano, quais sugestões para melhorar o PAA.

O Terceiro Bloco, é sobre o Empoderamento Feminino, esse bloco traz vinte e quatro perguntas: quem é o responsável pelo contato com o exterior da propriedade, quem administra o recurso originado com a venda da produção, quem toma as decisões da esfera doméstica, você gera algum produto para a venda dentro da propriedade, quem toma a decisão referente a venda de bens produzidos por você, os recursos obtidos pela venda desses produtos são usados por quem?, tem conta no banco, teve acesso a financiamento para atividades nos últimos cinco anos, como você avalia a preocupação hoje com a criação de políticas públicas de amparo a agricultura familiar, você se sente discriminada no meio rural, a senhora participa de alguma associação ou

cooperativa, você já participou de algum curso de qualificação técnica, carga de trabalho, em atividades produtivas e em atividades domésticas, quanto ao lazer e a opinião como poderia melhorar a inclusão/valorização das mulheres no meio rural.

O mapeamento, permitiu a localização das mulheres agricultoras correlacionando os referidos municípios e comunidades conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Localização das mulheres agricultoras por município e comunidade

Comunidade	Município	Total
Braço Grande	Capanema	1
Sétima Travessa	Capanema	1
Alto Pindorama	Salinópolis	1
Caraxió	Salinópolis	1
Km 60	Salinópolis	1
Aimorés	São João de Pirabas	3
Vila Nova	São João de Pirabas	1
Jararaca	São João de Pirabas	1
Quilombo Tipitinga	Santa Luzia do Pará	3
Santa Luzia	Santa Luzia do Pará	2
Tatuquara	Santa Luzia do Pará	1
Mucurateua	Santa Luzia do Pará	1
Assentamento PA- Cristal	Santa Luzia do Pará	1
Cabeça de Porco	Santa Luzia do Pará	2
Quilombo Jacarequara	Santa Luzia do Pará	1
Quilombo Três voltas	Santa Luzia do Pará	1
Terreirão	Nova Timboteua	1
Jutaizinho	Santarém Novo	2
Vila Faustina	Santarém Novo	3
Vila Fátima	Tracuateua	1
Areia Branca	Tracuateua	2
Vila do Estirão	Tracuateua	1
Vila dos Neves	Tracuateua	1
Comunidade Quilombola Torres	Tracuateua	1
Total		34

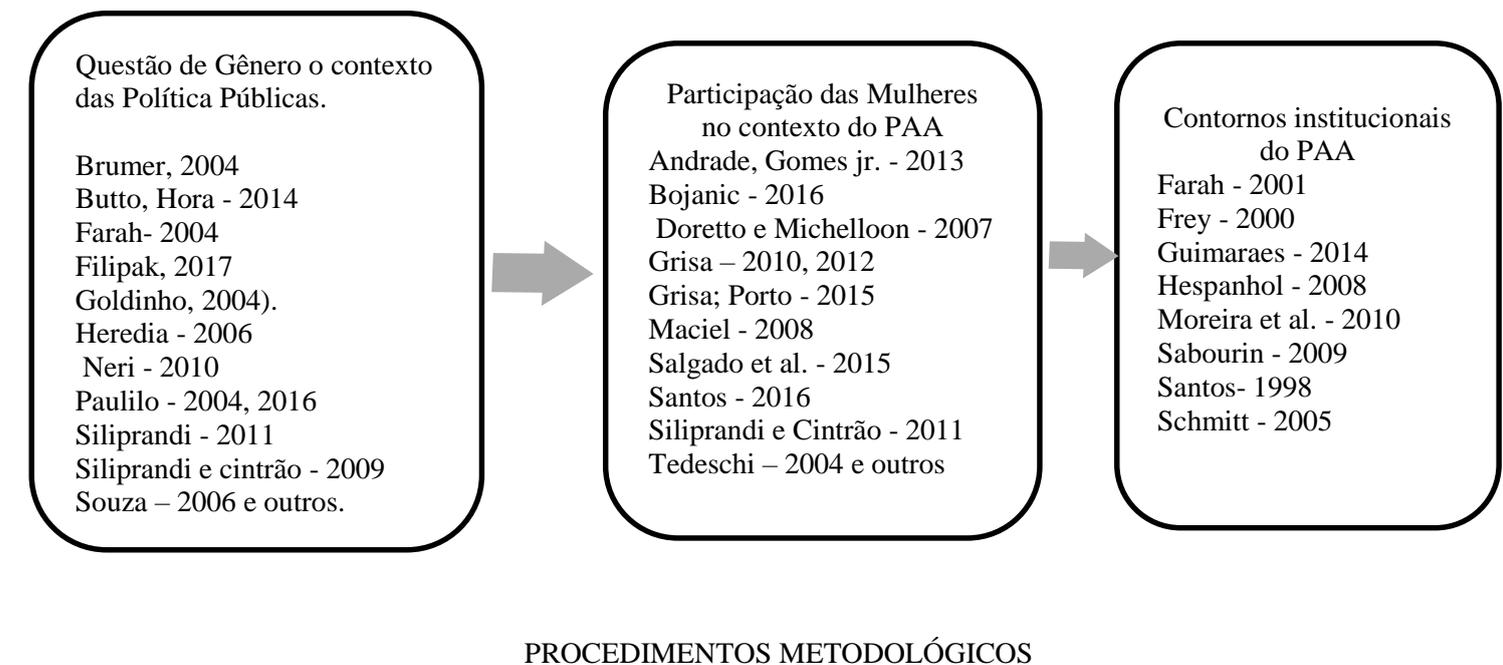
Fonte: Dados da pesquisa , 2023

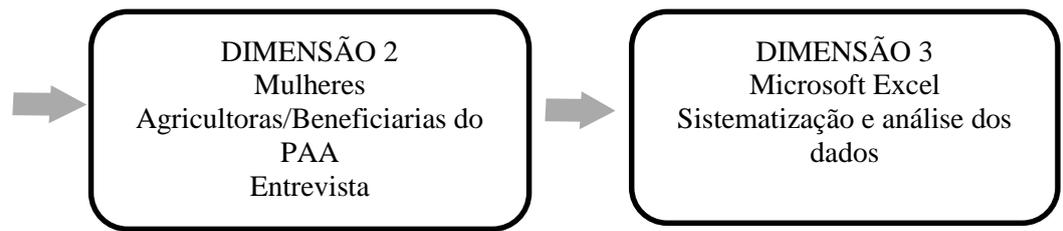
Para garantir a ética na pesquisa elaborou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), entregue a cada participante, como ferramenta pela qual as mulheres rurais expressaram seu consentimento para participação do estudo. O documento foi lido minuciosamente para cada uma e após isso, assinado em duas vias, declarando serem informadas de maneira clara e por escrito, da justificativa, dos objetivos e dos procedimentos metodológicos usados na pesquisa. (Apêndice)

De forma resumida, o mapa conceitual apresentado a seguir resume os principais pontos do percurso metodológico, viabilizando uma compreensão mais imediata do planejamento e desenvolvimento da pesquisa.

Figura 2 - Mapa conceitual

TEÓRICOS NORTEADORES DA PESQUISA





Fonte: Elaborado pela autora, 2023

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos formulários aplicados nas entrevistas, buscou-se, primeiramente, traçar o perfil das mulheres rurais beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos do Nordeste Paraense.

Referente à idade, a mulher mais jovem participante da pesquisa apresentou 30 anos e a mais velha, mais de 60 anos de idade. Dentre as 34 mulheres beneficiárias do PAA, participantes da pesquisa, 14,71% tem até 30 anos (5 mulheres), 55,88% apresentam de 31 a 45 anos (19 mulheres), 23,53% apresentam de 46 a 60 anos (8 mulheres) e 5,88% tem mais de 60 anos (2 mulheres).

Diante disso, notou-se uma prevalência de mulheres rurais titulares do PAA na faixa etária dos 31 a 45 anos. Este é um dado interessante, pois evidencia a potencialidade de mulheres jovens nas áreas rurais, sendo estas o principal público de migrações rumo ao meio urbano.

Quanto a naturalidade, observou-se que 8,82% das mulheres, tem sua origem da Região metropolitana de Belém, (3 mulheres), 76,47%, são de origem da Região do Nordeste Paraense, (26 mulheres), 14,71% são de outros estados (5 mulheres).

Quanto ao estado civil, 55,88% das mulheres beneficiárias do PAA, encontram-se solteiras (19 mulheres), 23,53% encontram-se casadas (8 mulheres), 17,65, vivem em união estável (6 mulheres) e 2,94% encontra-se viúva (1 mulher). O expressivo número de mulheres solteiras encontradas nas áreas rurais e envolvidas no PAA, chama atenção.

Referente ao nível de escolaridade, encontrou-se 35,29% de mulheres rurais cuja escolaridade é de Ensino Fundamental Incompleto (12 mulheres), mas, em contra partida 32,35% delas haviam concluído o Ensino Médio (11 mulheres), 11,76 concluíram o Ensino Fundamental Completo, (4 mulheres), com relação ao Ensino Médio incompleto, 2,94%, (1 mulher), 8,82% das mulheres entrevistadas, tem o Ensino Superior completo (3 mulheres) e

8,82% o Ensino Superior Incompleto (3 mulheres).

O tamanho das famílias das mulheres no meio rural também tem uma evidencia interessante, 23,53% responderam que o tamanho da família está em torno de 2 pessoas na composição familiar (8 mulheres), 20,59%, 3 pessoas na composição familiar (7 mulheres), 32,35% 4 pessoas na composição familiar (11 mulheres), 20,59% composição de 5 a 6 pessoas na composição familiar (7 mulheres), e 2,94%, tem mais de 6 pessoas na composição familiar (1 Mulher).

Verificou-se que o numero de filhos variou desde mulheres que não tinham filhos até mulheres com, no máximo de 5 filhos. Das mulheres beneficiarias do PAA, entrevistadas 8,82% dessas mulheres não tem filhos (3 mulheres), 8,82%, tem 1 filho(3 mulheres), 41,18% tem 2 filhos (14 mulheres), 14,71%, está com 3 filhos (5 mulheres), 8,82 % tem 4 filhos (3 mulheres), 14,71, tem 5 filhos, o que corresponde a (5 mulheres), 2,94%, tem mais de 5 filhos (1 Mulher).

Tabela 1. Perfil socioeconômico de mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste Paraense, 2023.

Característica	Frequência	Percentual
(%)		
Faixa etária		
Até 30 anos	5	14,71
De 31 a 45 anos	19	55,88
De 46 a 60 anos	8	23,53
Mais de 60 anos	2	5,88
Naturalidade		
Região Metropolitana de Belém	3	8,82
Nordeste Paraense	26	76,47
Outros estados	5	14,71
Estado civil		
Solteira	19	55,88
Casada	8	23,53
União estável	6	17,65
Viúva	1	2,94
Grau de instrução		
Fundamental incompleto	12	35,29
Fundamental completo	4	11,76
Médio incompleto	1	2,94
Médio completo	11	32,35
Superior incompleto	3	8,82
Superior completo	3	8,82
Tamanho da família		
2 pessoas	8	23,53
3 pessoas	7	20,59

4 pessoas	11	32,35
De 5 a 6 pessoas	7	20,59
Mais de 6 pessoas	1	2,94
Nº de filhos		
Não possui filhos	3	8,82
1 filho(a)	3	8,82
2 filhos(as)	14	41,18
3 filhos(as)	5	14,71
4 filhos(as)	3	8,82
5 filhos(as)	5	14,71
Mais de 5 filhos(as)	1	2,94

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

As propriedades rurais destas mulheres , em termo de tamanho, variaram de 2 a mais de 15 hectares, e destas somente 4 apresentou mais que um módulo fiscal (que é de 20 hectares para o universo da análise). Em escala de 61,76% das mulheres rurais que realizam suas atividades rurais, possuem propriedades rurais que tem até 2 hectares (21 mulheres), 20,59% possuem de 2 até 5 hectares (7 mulheres), 5,88% possuem de 5 até 15 hectares (2 mulheres), 11,76% apresentam mais de 15 hectares (4 mulheres). Considerando esta realidade de pequenas propriedades rurais familiares, percebe-se a consonância com o estudo de Anjos e Caldas (2006), que notaram a importância de atividades não agrícolas especialmente em propriedades rurais onde o seu tamanho reduzido atuava como um fator de restrição à produção agropecuária e , conseqüentemente, à renda e à reprodução social.

O percentual das mulheres que sempre trabalhou na agricultura é de 88,24%, (30 mulheres), enquanto outros 11,76% (4 mulheres), antes não trabalhavam na agricultura e hoje estão desenvolvendo atividades e são beneficiárias do PAA.

A maioria das mulheres entrevistadas, 67,65% (23 mulheres), desenvolvem as atividades, somente com a mão de obra da família, enquanto 32,35% (11 mulheres), contrata mão de obra para realização de serviços, geralmente esse contrato de mão de obra, é para realização de limpeza de área, plantio, tratamentos culturais e colheita, que demanda mais mão de obra.

Com relação as principais atividades desenvolvidas na unidade de produção familiar das mulheres estudadas, dentre as atividades, merece destaque a mandioca, que esteve presente no caso de 91,18% das mulheres estudada, isto é, de (31 mulheres). A relevância deste produto deve-se ao fato da região está entre os principais produtores de mandioca produzidos pelas famílias rurais. Na sequência tem as olerícolas com 26,47%, sendo que (9 mulheres) tem as olerícolas como fonte de renda na propriedade, 23,53% tem como base de produção as frutíferas (8 mulheres), apicultura está 20,59% (7 mulheres) desenvolvem atividades apícolas, 20,59%

desenvolve a avicultura (7 mulheres), 8,82% tem produção de Bovinos, (2 mulheres), 5,88 desenvolvem a suinocultura (2 mulheres), 20,59% desenvolvem outras atividades agrícolas (7 mulheres).

A renda familiar mostrou que 8,82% dessas mulheres tem uma renda de menos de um salário mínimo (3 mulheres), 76,47% a renda é de 1 a menos de 2 salário mínimo, (26 mulheres), 11,76%, tem de 2 a menos de 3 salários mínimos (4 mulheres), 2,94% de 3 a menos de 4 salário mínimo (1 mulher).

Com relação a outras atividades remuneradas, 32,35% (11 mulheres) desenvolvem outras atividades não agrícolas, e 67,65%, (23 mulheres) depende somente da agricultura e do benefício como Bolsa família.

A renda complementar, 79,41% recebem o Bolsa família, para complementar a renda familiar, 5,88% são aposentadas(2 mulheres), e 5,88% são pensionistas(2 mulheres).

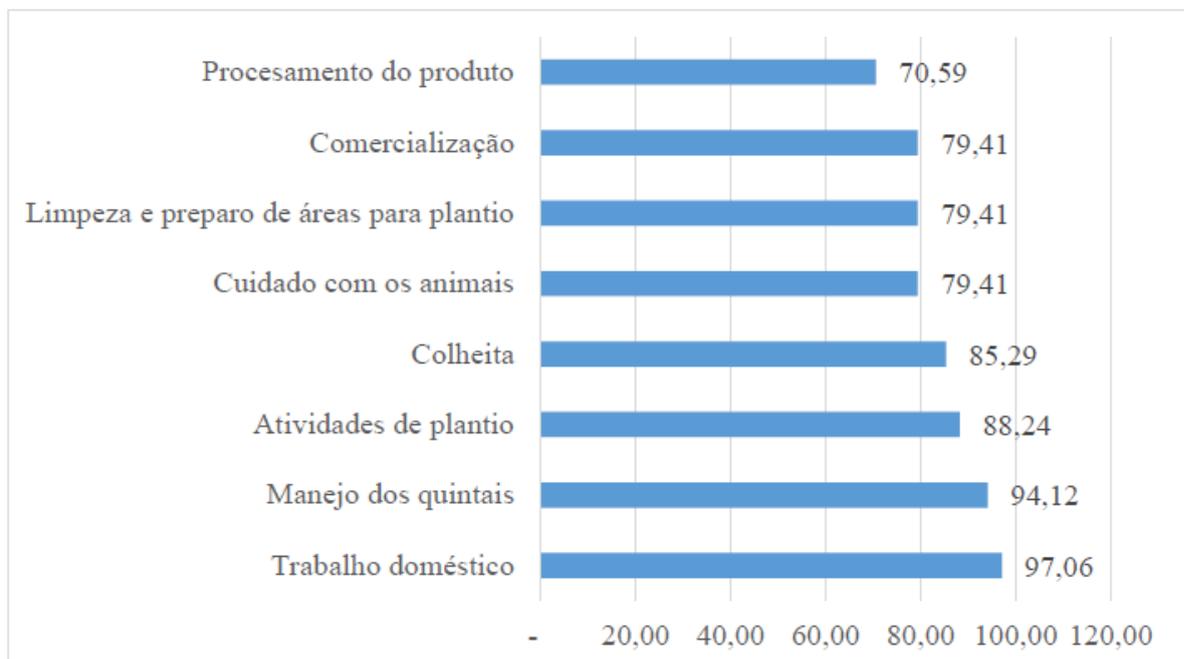
Tabela 2. Atividades produtivas e renda das famílias das mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste Paraense, 2023.

Característica	Frequência	Percentual (%)
Área da unidade de produção		
Até 2 hectares	21	61,76
Mais de 2 até 5 hectares	7	20,59
Mais de 5 até 15 hectares	2	5,88
Mais de 15 hectares	4	11,76
Sempre trabalhou na agricultura?		
Sim	30	88,24
Não	4	11,76
A produção é sempre realizada com mão de obra familiar?		
Sim	23	67,65
Não	11	32,35
Principais atividades da unidade de produção		
Mandioca	31	91,18
Olerícolas	9	26,47
Frutíferas	8	23,53
Apicultura	7	20,59
Avicultura	7	20,59
Bovinos	3	8,82
Piscicultura	2	5,88
Suinocultura	2	5,88
Outros cultivos agrícolas	7	20,59
Renda familiar mensal		
Menos de 1 SM	3	8,82
De 1 a menos de 2 SM	26	76,47
De 2 a menos de 3 SM	4	11,76

De 3 a menos de 4 SM	1	2,94
Possui outra atividade remunerada?		
Sim	11	32,35
Não	23	67,65
Renda complementar		
Bolsa família	27	79,41
Aposentadoria	2	5,88
Pensão	2	5,88

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Figura 1. Atividades desenvolvidas nas unidades produtivas, em percentual, pelas mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Considerando a inserção das mulheres rurais nestas atividades agropecuárias, as mesmas se mostraram inseridas, se não em todas, na maioria das atividades de interesse econômico, isto é, geradoras de renda. Destarte, quando questionadas sobre seu papel nestas atividades, percebeu-se que as mulheres rurais consideravam sua mão de obra meramente como “ajuda”.

Isto sem contar as atividades domésticas exercidas, indicadoras de uma “dupla jornada de trabalho” (ou mesmo “tripla jornada”). Assim, além de “ajudar” nas atividades agropecuárias, elas ainda necessitavam realizar as atividades domésticas, como mostram os

trabalhos de Brumer (2004) e Paulilo (2004). Entre as mulheres rurais estudadas, 100% afirmaram “fazer tudo” no que se refere às atividades domésticas, como a limpeza da casa, o cozimento dos alimentos, a higiene das vestimentas, entre outras.

O fato de o trabalho das mulheres rurais nas atividades agropecuárias ser entendido como “ajuda”, entretanto, cria obstáculos ao seu reconhecimento como agricultoras, restringindo-as a donas de casa.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

Entrevistador: _____ Local: _____ Data: _____

Prezada Senhora,

Este questionário busca levantar informações a respeito do perfil socioeconômico e empoderamento de mulheres beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos no Nordeste Paraense. A veracidade nas respostas é muito importante para que possamos fomentar estratégias que visem contribuir com o empoderamento feminino na agricultura familiar. Por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta!

Desde já agradecemos por sua relevante contribuição.

BLOCO 1. PERFIL SOCIOECONÔMICO

1.1 Nome: _____ **1.2. Idade:** _____

1.3 Naturalidade: ____ **1.4 Estado civil:** () Solteira () Casada () Viúva () Concubinato () Divorciada

1.5 Em qual bairro ou comunidade você mora? _____

1.6 Grau de instrução: () Sem alfabetização () Assina o nome () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo **1.7 Número de filhos** _____

1.8 Número de membros na família: _____ **1.9 Quantas moram em sua residência:** _____

1.10 Renda familiar: () Menor que 1 salário mínimo () De 1 a menos de 2 SM () De 2 a menos de 3 SM () De 3 e menos de 4 SM () De 4 a menos de 5 SM () Mais de 5 SM

1.11 Quantas pessoas contribuem com a renda? ____ **1.12** Possui outra atividade remunerada? () sim () Não
1.12.1 Em caso positivo, qual a atividade? _____ **1.12.2** Qual a renda é obtida com a outra atividade? _____ **1.13** Qual a ocupação do seu cônjuge? _____

1.14. A família obtém renda complementar as atividades produtivas? () Sim () Não

() Aposentadoria () Pensão () Bolsa família () Seguro defeso () Outros benefícios do Governo

Especificar: _____

BLOCO 2. SISTEMA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.

2.1 Qual a área total da unidade de produção? _____ **2.1.1** Você possui roçado? () Sim () Não

2.2 Em nome de quem está a propriedade? () Homem () Mulher

2.3 Quais as principais fontes de renda dentro da sua unidade de produção?

() Mandioca () Pesca () Comércio () extrativismo vegetal () Criação de animal () Outros:

2.3.1 Na sua unidade produtiva, a atividade é realiza apenas com mão-de-obra familiar? () Sim () Não

2.3.2 Em caso negativo, quantas pessoas a mais são empregadas na sua atividade? _____

2.4 Assinale as atividades produtivas que você desenvolve na unidade de produção:

() trabalho doméstico () cuidado com os animais () cuidado com o quintal () auxílio no plantio
 () auxílio na colheita () auxílio na venda dos produtos da propriedade () limpeza da terra e colheita, seleção e embalagem dos produtos () processamento dos produtos agrícolas

2.5 Na unidade de produção, no contexto familiar, a senhora considera ter participação na tomada de decisão sobre o que produzir?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

2.6 Você recebe Assistência Técnica? () Sim () Não De quem: _____

2.7 Em caso afirmativo, qual a frequência: () Quinzenal () Mensal () esporadicamente () Outro

Especificar: _____

2.8 Como a senhora avalia o Programa de Aquisição de Alimentos?

() Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

2.9. Você acha que a participação nesse programa trouxe modificações em sua vida cotidiana? () Sim () Não

2.10 Quais suas sugestões para melhoramento do PAA? _____

BLOCO 3. EMPODERAMENTO FEMININO

3.1 Quem é o responsável pelo contato com o exterior em sua propriedade (contato com extensionistas, bancos, sindicatos, cooperativas, firmas vendedoras de insumos e compradores)?

() homem () mulher () homem e mulher

3.2 Quem administra os recursos originados com a venda da produção?

() homem () mulher () homem e mulher

3.3 Quem toma as decisões da esfera doméstica (decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, compras...)?

() homem () mulher () homem e mulher

3.4 Você gera algum produto para a venda dentro de sua propriedade? () sim () não

3.5 Se sim, Qual(is) o(s) produto(s)?

3.6 Quem toma a decisão referente a venda de bens produzidos por você)?

() homem () mulher () homem e mulher

3.7 Os recursos obtidos pela venda desses produtos são usados por quem?

() homem () mulher () homem e mulher

3.8 Tem conta no banco? () Sim () Não **3.9** Em caso positivo a conta é? () individual () conjunta

- 3.10. Teve acesso a financiamento para sua atividade nos últimos cinco anos?** () Sim () Não
- 3.11 Como você avalia a preocupação hoje com a criação de políticas de amparo à agricultura familiar?**
() Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 3.11. Você se sente discriminada no meio rural?** () Sim () Não
- 3.12 Se sim, como você percebeu essa discriminação?** _____
- 3.13 A senhora participa de alguma associação/cooperativa?** () Sim () Não
- 3.14 Qual a frequência de participação em reuniões?** () Mensal () Anual () Esporadicamente
- 3.15 Qual seu grau de envolvimento com a associação/cooperativa? considere 1 como “sem engajamento” e 5 “totalmente engajada”**
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
- 3.16 Você já participou de algum curso de qualificação técnica?** () Sim () Não
- 3.17 Você já participou de algum curso de qualificação gerencial/organizacional?** () Sim () Não
- 3.18 Em que áreas você e sua família gostariam de receber treinamento?** (citar dois)

3.19 Na sua família, há o controle único ou de forma conjunta sobre a renda e Gastos?

- () Somente o marido () somente a mulher () Em conjunto

3.20 A senhora sente que pode tomar a decisão de fazer um empréstimo e o que fazer com o dinheiro ou apenas pode o fazer de forma conjunta com seu cônjuge?

3.21 Quanto a sua capacidade de liderança: A senhora é um membro ativo em pelo menos um grupo econômico ou social? Se sim, qual?

3.22 Quanto a carga de trabalho: Quantas horas a senhora ocupa de seu dia em atividades produtivas e em suas atividades domésticas?

3.22.1 Atividades produtivas _____ 3.22.2 Atividades domésticas _____

3.23 Quanto ao lazer: Como a senhora avaliaria sua satisfação com seu tempo disponível para atividades de lazer? (passear, assistindo TV, ouvindo música, ver filmes, praticando esportes).

- () Muito insatisfeita () Insatisfeita () Satisfeita () Muito satisfeita

3.24 Na sua opinião como poderia melhorar a inclusão/valorização das mulheres no meio rural?

APÊNDICE- B TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante:

Sou mestranda do programa de pós-graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor *Dr. Marcos Antônio Souza dos Santos* cujo objetivo é aplicar um questionário sobre o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o Empoderamento de Mulheres Rurais no Nordeste Paraense.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada e fotografada, se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 30 minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem a absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo e-mail: alicesocial895@gmail.com.

Atenciosamente

Local e data

Alice Silva Cardoso
Matrícula: 2020101550

Prof. Marcos Antônio Souza dos Santos
Orientador

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.
Autorizo a utilização de minha imagem para fins da pesquisa? ()SIM ()NÃO

Nome e assinatura do participante

Local e data